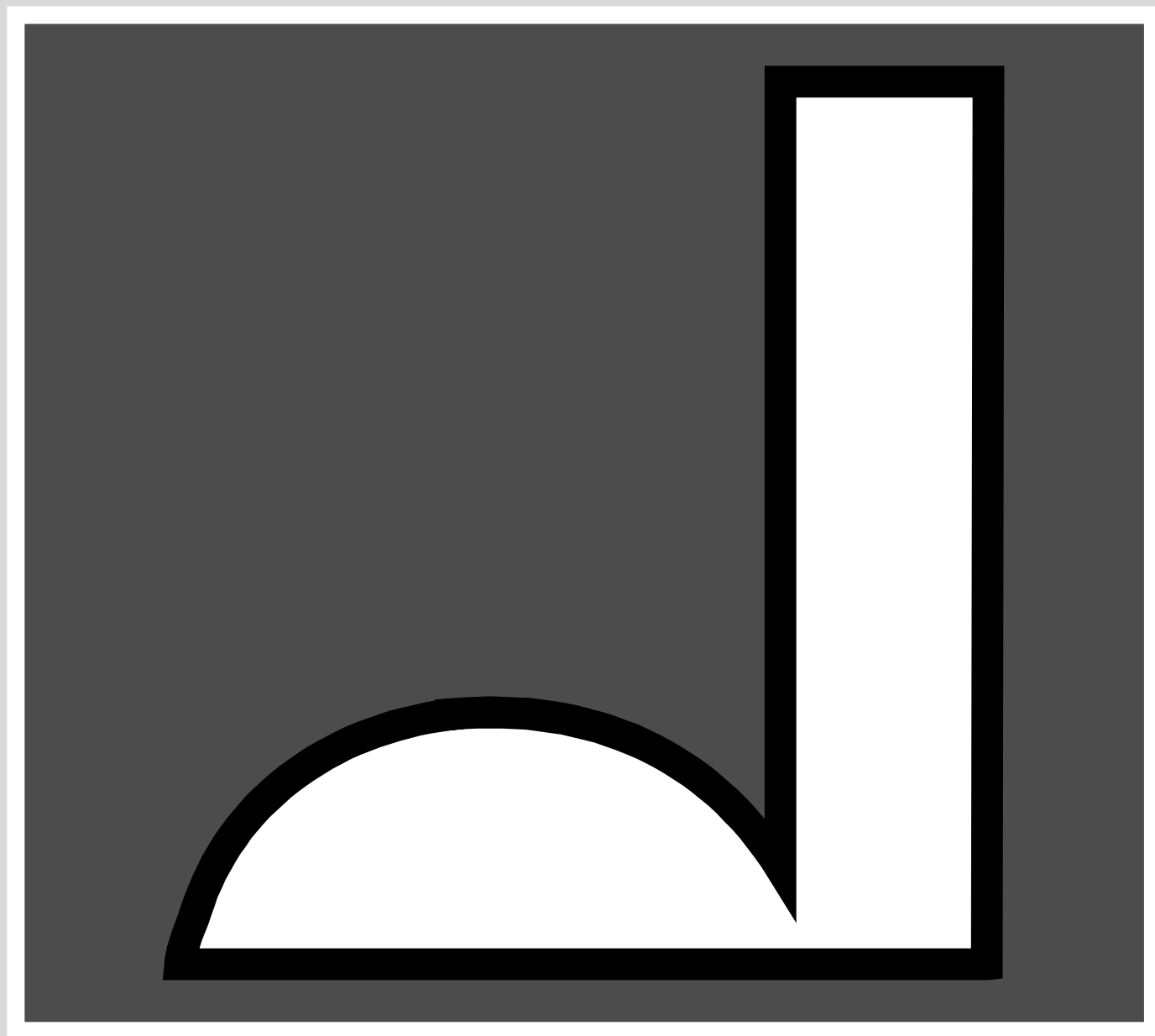




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 001 - TERÇA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2002 - BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT	3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Fernando Matusalém – Bloco PSDB/PPB Jefferson Péres – Bloco Oposição – AM	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Artur da Távola Vice-Líder Romero Jucá Moreira Mendes Bello Parga Eduardo Siqueira Campos LIDERANÇA DO PMDB – 24 Líder Renan Calheiros Vice-Líderes Nabor Júnior Gilberto Mestrinho Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Ney Suassuna	LIDERANÇA DO PFL – 18 Líder José Agripino Maia Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Bello Parga Maria do Carmo Alves Vago LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16 Líder Geraldo Melo Vice-Líderes Pedro Piva Romero Jucá Fernando Matusalém Freitas Neto	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14 Líder José Eduardo Dutra Vice-Líderes Vago Sebastião Rocha Geraldo Cândido Tião Viana LIDERANÇA DO PSB – 4 Líder Ademir Andrade Vice-Líder Roberto Saturnino LIDERANÇA DO PTB – 4 Líder Carlos Patrocínio Vice-Líder Arlindo Porto LIDERANÇA DO PL – 1 Líder José Alencar

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

Atualizado em 19.12.2001

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2. – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, submetendo à apreciação do Senado o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 00012

Nº 5, de 2002 (nº 33/2002, na origem), de 22 de janeiro último, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Jório Salgado Gama Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 00015

Nº 6, de 2002 (nº 10/2002, na origem), de 8 de janeiro último, comunicando que se ausentará do País no período de 12 a 16 de janeiro de 2002, para realizar Visita Oficial à Federação da Rússia..... 00018

Nº 7, de 2002 (nº 12/2002, na origem), de 8 de janeiro último, comunicando que se ausentará do País no período de 16 a 17 de janeiro de 2002, para realizar Visita Oficial à República da Ucrânia. 00018

Nº 10, de 2002 (nº 1.396/2001, na origem), de 18 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2001 (nº 5.299/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos

Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, sancionado e transformado na Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001..... 00018

Nº 11, de 2002 (nº 1.408/2001, na origem), de 19 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2001 (nº 2.373/2000, na Casa de origem), que institui o Dia da Bíblia, sancionado e transformado na Lei nº 10.335, de 19 de dezembro de 2001..... 00018

Nº 12, de 2002 (nº 1.409/2001, na origem), de 19 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2001 (nº 5.907/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001..... 00018

Nº 13, de 2002 (nº 1.415/2001, na origem), de 20 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 62, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor de quinhentos e cinquenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.337, de 20 de dezembro de 2001..... 00018

Nº 14, de 2002 (nº 1.416/2001, na origem), de 20 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 79, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de sessenta milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e um reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.338, de 20 de dezembro de 2001. 00018

Nº 15, de 2002 (nº 1.417/2001, na origem), de 20 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 102-A, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de novecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.339, de 20 de dezembro de 2001.....

00018

Nº 16, de 2002 (nº 1.420/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 102, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de vinte e três milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.340, de 21 de dezembro de 2001.....

00018

Nº 17, de 2002 (nº 1.421/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de setecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.341, de 21 de dezembro de 2001.....

00018

Nº 18, de 2002 (nº 1.422/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de dez milhões e trinta e quatro mil reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.342, de 21 de dezembro de 2001.....

00018

Nº 19, de 2002 (nº 1.423/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 39, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de vinte milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e três reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.343, de 21 de dezembro de 2001.

00018

Nº 20, de 2002 (nº 1.424/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de quatro bilhões, setecentos e vinte e sete milhões, cento e oitenta e oito mil e doze reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.344, de 21 de dezembro de 2001.

00019

Nº 21, de 2002 (nº 1.425/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógra-

fos do Projeto de Lei nº 47, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.345, de 21 de dezembro de 2001.....

00019

Nº 22, de 2002 (nº 1.426/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 49, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de quarenta milhões, cinqüenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.346, de 21 de dezembro de 2001.....

00019

Nº 23, de 2002 (nº 1.427/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 50, de 2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S.A., crédito suplementar no valor total de um milhão, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.347, de 21 de dezembro de 2001.....

00019

Nº 24, de 2002 (nº 1.428/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e dez reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.348, de 21 de dezembro de 2001.....

00019

Nº 25, de 2002 (nº 1.429/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e treze reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.349, de 21 de dezembro de 2001.....

00019

Nº 26, de 2002 (nº 1.431/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais, sancionado e transfor-

mado na Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001.....	00019	bloqueio temporário da recepção de programação inadequada, sancionado e transformado na Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001;.....	00020
Nº 27, de 2002 (nº 1.435/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.351, de 26 de dezembro de 2001.....	00019	Nº 33, de 2002 (nº 1.448/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2001, que altera a Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, sancionado e transformado na Lei nº 10.360, de 27 de dezembro de 2001.....	00020
Nº 28, de 2002 (nº 1.436/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2001 (nº 3.474/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário, sancionado e transformado na Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001.....	00019	Nº 34, de 2002 (nº 1.449/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2000 (nº 577/99, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre" o aeroporto localizado na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, sancionado e transformado na Lei nº 10.361, de 27 de dezembro de 2001.....	00020
Nº 29, de 2002 (nº 1.437/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 120, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de cento e nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.353, de 26 de dezembro de 2001.....	00019	Nº 35, de 2002 (nº 1.450/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 36, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de oito milhões, trezentos e dez mil, trezentos e trinta e seis reais, em favor do Senado Federal e de diversos órgãos do Poder Judiciário, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.362, de 27 de dezembro de 2001.....	00020
Nº 30, de 2002 (nº 1.438/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 120-A, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor global de doze milhões e duzentos e cinquenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.354, de 26 de dezembro de 2001.....	00019	Nº 36, de 2002 (nº 1.471/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2001 (nº 5.577/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.363, de 28 de dezembro de 2001.....	00020
Nº 31, de 2002 (nº 1.439/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2001 (nº 5.876/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001.....	00020	Nº 37, de 2002 (nº 1.472/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 122, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de dezoito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.364, de 28 de dezembro de 2001.....	00020
Nº 32, de 2002 (nº 1.447/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1999 (nº 1.526/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o		Nº 38, de 2002 (nº 1.473/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 40, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de um milhão, setecentos e oitenta e seis mil, qua-	

trocentos e noventa e cinco reais, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.365, de 28 de dezembro de 2001.....

00020

Nº 39, de 2002 (nº 1.475/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 51, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de vinte e um milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e setenta e sete reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.367, de 28 de dezembro de 2001.

00020

Nº 40, de 2002 (nº 1.476/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 61, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.368, de 28 de dezembro de 2001.

00020

Nº 41, de 2002 (nº 1.477/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 63, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.369, de 28 de dezembro de 2001.

00020

Nº 42, de 2002 (nº 1.478/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 64, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de cento e dezoito milhões, cento e noventa e nove mil, e vinte e nove reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.370, de 28 de dezembro de 2001.....

00020

Nº 43, de 2002 (nº 1.479/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 68, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.371, de 28 de dezembro de 2001.

00021

Nº 44, de 2002 (nº 1.480/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógra-

fos do Projeto de Lei nº 69, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de oitenta e cinco milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e sessenta e sete reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.372, de 28 de dezembro de 2001.

00021

Nº 45, de 2002 (nº 1.481/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 71, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de duzentos e quarenta e um mil reais, em favor do Ministério Público da União, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.373, de 28 de dezembro de 2001.

00021

Nº 46, de 2002 (nº 1.482/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 74, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de trezentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.374, de 28 de dezembro de 2001.....

00021

Nº 47, de 2002 (nº 1.483/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 80, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de cento e vinte milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.375, de 28 de dezembro de 2001.....

00021

Nº 48, de 2002 (nº 1.484/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 83, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de trinta e cinco milhões, setecentos e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.376, de 28 de dezembro de 2001.....

00021

Nº 49, de 2002 (nº 1.485/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógra-

fos do Projeto de Lei nº 87, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de trezentos e quarenta e cinco milhões, oito mil, setecentos e quarenta reais, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.377, de 28 de dezembro de 2001;.....

00021

Nº 50, de 2002 (nº 1.486/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 89, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de um bilhão, novecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e trinta e sete reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.378, de 28 de dezembro de 2001;.....

00021

Nº 51, de 2002 (nº 1.487/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 91, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de dez milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.379, de 28 de dezembro de 2001.

00021

Nº 52, de 2002 (nº 1.488/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 95, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Defesa e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de cento e cinquenta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.380, de 28 de dezembro de 2001;.....

00021

Nº 53, de 2002 (nº 1.489/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 100, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de sessenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.381, de 28 de dezembro de 2001.

00022

Nº 54, de 2002 (nº 1.490/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 103, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade So-

cial da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor global de trezentos e noventa mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.382, de 28 de dezembro de 2001;.....

00022

Nº 55, de 2002 (nº 1.491/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 105, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de trezentos e trinta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e três reais, em favor da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.383, de 28 de dezembro de 2001;.....

00022

Nº 56, de 2002 (nº 1.492/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 110, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de duzentos e quinze milhões, dezesseis mil e seiscentos reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.384, de 28 de dezembro de 2001;.....

00022

Nº 57, de 2002 (nº 1.493/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 114, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor global de sessenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.385, de 28 de dezembro de 2001.

00022

Nº 58, de 2002 (nº 1.494/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 115, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito especial no valor global de vinte e oito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.386, de 28 de dezembro de 2001;.....

00022

Nº 59, de 2002 (nº 1.495/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 116, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de quatro milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos

e sete reais, em favor do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.387, de 28 de dezembro de 2001.....

00022

Nº 60, de 2002 (nº 1.503/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 126, de 2001-CN, que altera o objetivo do programa 0119 – Saneamento Básico do Plano Plurianual 2000/2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.390, de 28 de dezembro de 2001.....

00022

Nº 61, de 2002 (nº 1.508/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 101, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.391, de 28 de dezembro de 2001.....

00022

Nº 62, de 2002 (nº 1.509/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 78, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo Executivo, Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil e cinquenta e seis reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.392, de 28 de dezembro de 2001.

00022

Nº 63, de 2002 (nº 1.510/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 72, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais, em favor da Câmara dos Deputados e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.393, de 28 de dezembro de 2001.....

00023

Nº 64, de 2002 (nº 1.511/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 85, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de trinta milhões, setenta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.394, de 28 de dezembro de 2001.....

00023

Nº 65, de 2002 (nº 1.512/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 117, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de cento e oitenta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e sete reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.395, de 28 de dezembro de 2001.

00023

Nº 66, de 2002 (nº 1.516/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 66, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de setenta e sete milhões, setecentos e dezoito mil, cento e quarenta reais, para reforço de dotações constantes no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.399, de 28 de dezembro de 2001.

00023

Nº 67, de 2002 (nº 8/2002, na origem), de 7 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2001 (nº 2.359/2000, na Casa de origem), que institui o ano 2002 como "Ano Nacional Carlos Drummond de Andrade", sancionado e transformado na Lei nº 10.401, de 7 de janeiro de 2002;

00023

Nº 68, de 2002 (nº 14/2002, na origem), de 8 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2001 (nº 3.648/2000, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Livro Infantil, sancionado e transformado na Lei nº 10.402, de 8 de janeiro de 2002;

00023

Nº 69, de 2002 (nº 19/2002, na origem), de 9 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2001 (nº 5.493/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002; e.....

00023

Nº 70, de 2002 (nº 20/2002, na origem), de 9 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2001 (nº 5.805/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e altera dispositivos da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro

de 2001, sancionado e transformado na Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002. 00023

Nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Renato de Lacerda Paiva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcellos. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 00023

Nº 72, de 2002 (nº 79/2002, na origem), de 13 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 17 a 18 de fevereiro de 2002, para participar da Cúpula de Presidentes do Mercosul, Bolívia e Chile, a realizar-se na cidade de Buenos Aires, República Argentina. 00024

1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2002 (nº 1.357/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado pelo Governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 00024

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 622/2001, de 12 de dezembro de 2001, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 12-12-01). 00029

Nº 649/2001, de 21 de dezembro de 2001, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999 (nº 5.470/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. (Projeto enviado à sanção em 21-12-01). 00029

Nº 655/2001, de 27 de dezembro de 2001, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de

1996 (nº 1.873/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 27-12-01). 00029

1.2.4 – Parecer

Nº 1, de 2002, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2001 (nº 1.733/96, na Casa de origem), que estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social); o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2000, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que acrescenta o artigo 392-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e artigo 71-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade das mães adotivas ou que tenham obtido guarda judicial de crianças e dá outras providências; o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2000, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade das mães adotantes ou com guarda judicial de crianças, e dá outras providências; e o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a redação do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho que “estabelece o tempo da Licença-Maternidade”, que tramitam em conjunto, nos termos do Requerimento nº 631, de 2001..... 00029

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2002, lido anteriormente, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição. 00032

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2001 (nº 1.733/96, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente. 00033

Recebimento da Mensagem nº 1, de 2002 (nº 1.454/2001, na origem), de 27 de dezembro último, pela qual o Presidente da República, nos

termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2002. À Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência.

00033

Recebimento da Mensagem nº 2, de 2002 (nº 28/2002, na origem), de 21 de janeiro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID. À Comissão de Assuntos Econômicos.

00033

Recebimento da Mensagem nº 3, de 2002 (nº 1.399/2001, na origem), de 18 de dezembro passado, pela qual o Presidente da República, nos termos do inciso XXIX do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, encaminha o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, referente ao exercício de 2000. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

00033

Recebimento das Mensagens nºs 8 e 9, de 2002 (nºs 1.455/2001 e 60/2002, respectivamente, na origem), pelas quais o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, os demonstrativos das emissões do real correspondentes ao mês de novembro de 2001 e ao quarto trimestre daquele ano, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. (Anexadas à Mensagem nº 105, de 2001). À Comissão de Assuntos Econômicos.

00033

Recebimento do Aviso nº 567, de 2001, de 17 de dezembro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, com a redação dada pelas Resoluções nºs 51, de 1997, 34, de 1999 e 74, de 2000, do Senado Federal, Relatório sobre a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de agosto a outubro de 2001 (Anexado ao processado do Diversos nº 34, de 1997, e, em cópia, aos processados das Resoluções referidas). À Comissão de Assuntos Econômicos.

00033

Recebimento dos Ofícios nºs 329 a 331/2002, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 39 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, os boletins das finanças estaduais e municipais, relativos aos meses de setembro, outubro e no-

vembro de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas autarquias, fundações e empresas estatais. Informa, ainda, que com vistas a atender aos objetivos de transparência e de ampla divulgação, os referidos boletins são enviados, mensalmente, por **e-mail**, para os Senadores e disponibilizados, também, no **site** do Banco Central na Internet (Anexados ao processado do Ofício nº S/22, de 2001). À Comissão de Assuntos Econômicos.

00033

Recebimento dos Ofícios nºs 90, 333 e 334, de 2002, na origem, do Banco Central do Brasil, encaminhando as relações das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2001. Informa ainda que, no âmbito daquela Instituição, nos períodos referidos foram autorizadas trinta e quatro operações de crédito de dívida fundada interna, indeferidas vinte operações da mesma espécie e autorizada uma operação de ARO; e encaminhadas a esta Casa onze operações de crédito, sendo quatro de dívida fundada interna e sete de dívida fundada externa. Comunica, também, que o Senado Federal autorizou, nos meses citados, nove operações de crédito e uma renegociação de dívida fundada interna (Anexados ao processado do Ofício nº S/13, de 2001). À Comissão Assuntos Econômicos.

00034

Recebimento do Ofício nº S/1, de 2002 (nº 3.415/2001, na origem), de 19 de dezembro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão sobre a solicitação do Governo do Estado de São Paulo para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$90.797.000,00 (noventa milhões, setecentos e noventa e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30-9-01, cujos recursos serão destinados ao Programa de Atuação em Cortiços. À Comissão de Assuntos Econômicos.

00034

Recebimento do Ofício nº S/2, de 2002 (nº 3.416/2001, na origem), de 19 de dezembro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão sobre a solicitação do Governo do Estado de São Paulo para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$320.460.000,00

(trezentos e vinte milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), à taxa de câmbio de 30-9-01, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias daquele Estado. À Comissão de Assuntos Econômicos. 00034

Recebimento do Ofício nº S/3, de 2002, de 18 de dezembro último, do Parlamento Latino-Americano, encaminhando cópia das Atas da Reunião da Junta Diretiva e da VI Assembléia Extraordinária do Parlamento Latino-Americano, realizadas nos dias 29 e 30 de novembro passado, em São Paulo. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 00034

Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 76, de 1999, 44 e 75, de 2001, de convocação de Ministros de Estado, uma vez que os ministros convocados não são mais os titulares das pastas ministeriais a que se referem os requerimentos. Os requerimentos vão ao Arquivo. 00034

Encaminhamento, durante o recesso parlamentar, de expedientes às autoridades e entidades referidas no Relatório Final nº 1, de 2001, da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol. 00034

1.2.6 – Ofícios do Procurador-Geral da República

Nºs 67, 64 a 66/2002, de 6 do corrente, referentes às providências adotadas em atenção às recomendações contidas no Relatório Final nº 1, de 2001, da CPI do Futebol. 00041

1.2.7 – Ofícios da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Nº 26/2002, de 21 de janeiro último, solicitando a transferência da documentação bancária e fiscal que ensejou as conclusões da CPI do Futebol, no tocante à pessoa de Wanderley Luxemburgo da Silva. **Deferida a solicitação.** 00042

Nº 50/2002, de 23 de janeiro último, solicitando o envio de documentos relativos à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro e aos pagamentos efetuados às pessoas que especifica. 00043

1.2.8 – Discurso do Expediente

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Transcrição do requerimento em que S. Exª solicita o comparecimento à Comissão de Assuntos

Sociais do Senado, dos Presidentes do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Regional de Medicina de Goiás e da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, para iniciar a discussão da reestruturação da legislação para cobrar fiscalização, acompanhamentos e punição de médicos que realizam cirurgias. 00043

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nºs 1 e 2, de 2002, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Geraldo Melo, respectivamente, solicitando inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado Federal Nelson Marchezan. **Aprovados**, após usarem da palavra os Srs. Pedro Simon e Gerson Camata, tendo o Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, em nome da Mesa, se associado às homenagens prestadas. 00046

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Levantamento da sessão, nos termos do art. 220, do Regimento Interno, lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 00050

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 1 a 9, de 2002. 00051

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1 a 11, de 2002. 00057

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Apostila, referente à aposentadoria do servidor Paulo César Carvalho Gomes. 00063

Apostila, referente à aposentadoria do servidor José Joaquim Pereira da Silva. 00064

Nº 2.302, de 2001. (Republicação) 00064

Nºs 2.423 a 2.456, de 2001. 00065

Nºs 1 a 133, de 2002. 00087

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 1ª Sessão Não Deliberativa em 18 de fevereiro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Valadares

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Srª. 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 4, DE 2002 (Nº 1.441/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Nos termos do art. 123 da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Junior.
Brasília, 26 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

COMANDO DA AERONÁUTICA CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Curriculum Vitae

ATUALIZADO:
26-dez-01

Dados Biográficos

NOME:
HENRIQUE MARINI E SOUZA
IDENTIDADE/ORG. EXP.:
072.937 - COMAER CPF:
029.492.457-49
POSTO:
TENENTE-BRIGADEIRO-DO-AR
FILIAÇÃO:
ARY VIEIRA DE SOUZA
ADELINA MARINI E SOUZA
NASCIMENTO:
MAR DE ESPANHA-MG **17 FEV 1938**
NOME DA ESPOSA:
NEUZA EUTÁLIA GONÇALVES E SOUZA
ANIVERSÁRIO DA ESPOSA:
27 DE AGOSTO
FILHOS:
MÁRCIA GONÇALVES MARINI WANICK
HENRIQUE CELSO GONÇALVES MARINI E SOUZA
LEONARDO GONÇALVES MARINI E SOUZA

Promoções

DATA DE PRAÇA **1º MAR 1955**

POSTO	DATA	POSTO	DATA
ASPIRANTE	14 JAN 1961	TENENTE-CORONEL	30 ABR 1978
2º TENENTE	23 OUT 1961	CORONEL	31 AGO 1983
1º TENENTE	20 JAN 1964	BRIGADEIRO-DO-AR	31 JUL 1991
CAPITÃO	12 JUN 1967	MAJOR-BRIGADEIRO-DO-AR	25 NOV 1995
MAJOR	20 JUN 1971	TENENTE-BRIGADEIRO-DO-AR	31 JUL 1998

Cursos Acadêmicos

- > Curso de Formação de Oficiais Aviadores;
- > Curso de Tática Aérea
- > Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- > Curso Superior de Comando e Estado-Maior;

- Curso de Preparação de Instrutor da ECEMAR;
- Curso de Política e Estratégia Aeroespacial da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
- Introdução ao Planejamento Governamental; e
- Bacharel em Direito pela Associação Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF

Cursos Operacionais

- Reconhecimento;
- Bombardeio;
- Operações Aéreas Especiais; e
- Transporte de Tropa.

Principais cargos

- Instrutor de voo do Quinto Grupo de Aviação;
- Comandante do Segundo do Primeiro Grupo de Transporte de Tropa;
- Adjunto da Seção de Política, Estratégia e Doutrina do Estado-Maior da Aeronáutica;
- Comandante do Grupo de Transporte Especial;
- Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica;
- Chefe da Seção de Planejamento Plurianual do Estado-Maior da Aeronáutica;
- Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Itália;
- Comandante da Terceira Força Aérea;
- Chefe da Quarta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
- Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica;
- Comandante do Sexto Comando Aéreo Regional; e
- Comandante-Geral do Ar.

Experiência de voo

- Possui mais de 7.300 (sete mil e trezentas) horas de voo

Aeronaves voadas

- PT-19, T-6, B-25, B-26, TC-45T, C-119, C-115, C-91, C-95, VU-93, VC-90 e VC-96.

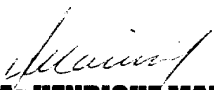
Condecorações

- Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de "Grã-Cruz";
- Ordem do Mérito Militar, grau de "Grande Oficial";

- Ordem do Rio Branco, grau de "Grande Oficial";
- Ordem do Mérito Naval, grau de "Grande Oficial";
- Ordem do Mérito Forças Armadas, grau de "Grande Oficial";
- Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau de "Alta Distinção";
- Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, grau de "Alta Distinção";
- Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina;
- Medalha Mérito Santos-Dumont;
- Medalha Mérito Tamandaré;
- Medalha do Pacificador;
- Ordem do Mérito da República Italiana (Itália), grau de "Oficial";
- Medalha da Vitória;
- Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes (Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira); e
- Medalha Santos-Dumont (Estado de Minas Gerais), grau "Ouro".

Cargo Atual

- **CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**


Ten.-Brig.-do-Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 5, DE 2002

(Nº 33/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Jório Salgado Gama Filho, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Os méritos do Embaixador Jório Salgado Gama Filho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE****JÓRIO SALGADO GAMA FILHO**

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, 30 de abril de 1940. Filho de Jório Salgado Gama e Lygia T. Salgado Gama.

CPF:07508417453

CI:1181 MRE

Bacharel em Direito, PUC/RJ. Curso de Assuntos sobre Energia Nuclear, MRE. CPCD, IRBr. Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial. Curso de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Americana de Beirute. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 17 de fevereiro de 1966.

Segundo Secretário, merecimento, 9 de janeiro de 1969.

Primeiro Secretário, merecimento, 10 de novembro de 1975.

Conselheiro, merecimento, 26 de junho de 1980.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 16 de dezembro de 1986.

Ministro de Primeira Classe, Merecimento, 17 de dezembro de 1993.

Chefe da Seção de Cadastro da Divisão do Pessoal, 1966/67.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1967/69.

Assistente do Chefe da Divisão de Orçamento, 1975/77.

Chefe da Divisão de Operações Comerciais, 1985/87.

Chefe do Departamento de Administração, 1991/92.

Chefe do Cerimonial, 1992/95.

Paris, Segundo Secretário, 1969/72.

Paris, Chefe do SEPRO, 1969/72.

Beirute, Segundo Secretário, 1972/75.

Beirute, Chefe do SEPRO, 1972/75.

Beirute, Encarregado de Negócios, 1974.

Marselha, Encarregado, 1978.

Londres, Primeiro Secretário, 1978/80.

Londres, Conselheiro, 1980/81.

Caracas, Conselheiro, 1981/84.

Caracas, Encarregado de Negócios, 1981.

Nova York, Chefe do SECOM, 1987/91.

Nova York, Consul Adjunto, 1987/91.

Nova York, Encarregado do Consulado-Geral, 1988/89/90.

Los Angeles, Cônsul Geral, 1995/2000

Pretória, Embaixador, 2001.

II Conferência da UNCTAD, Nova Dehli, 1968 (membro).

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Índia, Paquistão e Japão, 1968 (membro).

VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Noruega, Brasília, 1985 (delegado).

V Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá, 1985 (membro).

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Forças Armadas, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.

Ordem de Santo Olavo, Cavaleiro, Noruega.

Ordem da República, Cavaleiro, Tunísia.

Ordem Vitoriana, membro da 5ª Classe, Grã-Bretanha.

Ordem do Sol Nascente, Cavaleiro Japão.

Ordem de Bernardo O' Higgins, Grande Oficial, Chile.

Ordem do Mérito, Cavaleiro, França.

Ordem do Cedro, Cavaleiro, Líbano.

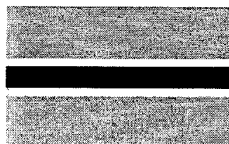
Ordem do Mérito, Grande Oficial, Argentina. – **Eduardo Prisco Paraiso Ramos**, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.



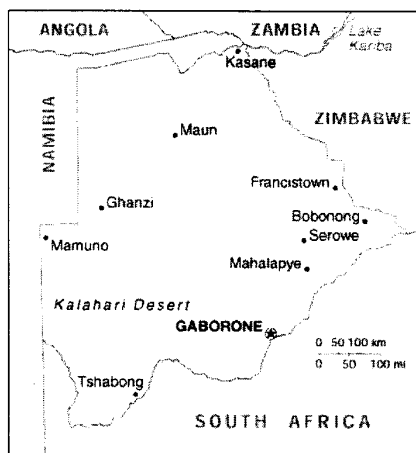
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão da África – II

Informação para Mensagem ao Congresso

REPÚBLICA DE BOTSUANA



Dados básicos



NOME OFICIAL	República de Botsuana
POPULAÇÃO (1999)	1.480.000
ÁREA	600.370 km ²
CAPITAL	Gaborone
DATA NACIONAL	30 de setembro
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Festus MOGAE (desde abril/98)

MINISTRO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Mompati Merafhe
--------------------------------	-----------------

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2001)	114º (Brasil - 69º)
CRESCIMENTO DO PIB (%)	7,7% (2000)
INFLAÇÃO	8,6% (2000)
PIB	USD 5,03 bilhões (1999)
PIB PER CAPITA	USD 3,124 (1999)
	USD 6,600 (paridade de poder de compra - est. 2000)

Informações gerais

A República de Botsuana aparece no conjunto da África Austral como exemplo de estabilidade política e de gestão econômica bem-sucedida.

Uma das nações mais pobres à época da independência, em 1966, Botsuana apresenta hoje indicadores que o situam como um dos dois únicos países de índice de desenvolvimento médio no continente africano, junto com Maurício.

A economia do país é fortemente dependente da exploração de diamantes e minérios (cobre, níquel, carvão). A atividade mineira responde por 36% do PIB do país, e diamantes correspondem a 72% do total das exportações nacionais.

O Governo tem feito esforços para diversificar a economia e buscar novos investidores. Grande parte do esforço de diversificação tem-se concentrado nos setores automotivo, têxtil e de turismo.

Politicamente estável, o país é governado pelo Partido Democrático de Botsuana (BDP) desde a independência, apesar de contar com ao menos dois partidos fortes na oposição e um poder judiciário independente.

Relações bilaterais

As relações bilaterais, estabelecidas em 1985, são ainda apenas protocolares, mas têm potencial para crescimento tanto em função dos níveis de desenvolvimento econômico e social de Botsuana, como em razão de sua localização geográfica, no centro da África Austral, onde se concentram os maiores interesses políticos, econômicos e comerciais do Brasil.

Apesar da pouca expressividade do comércio bilateral, o país apresenta interesse seja em termos de mercados para empresas brasileiras (a Odebrecht terminou recentemente no país a construção da represa de *Letsibogo*), seja no contexto de uma futura associação entre o Mercosul e a *Southern African De-*

velopment Community — SADC, organização na qual Botsuana mantém destacada atuação.

A representação diplomática brasileira em Gaborone é feita pela Embaixada em Pretória.

O ex-Presidente Quett Masire esteve no Brasil em 1992, para participar da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro.

O Embaixador Seepapitso IV, residente em Washington, apresentou em dezembro de 2001 cartas credenciais ao Senhor Presidente da República.

O último Embaixador em Pretória, Oto Agripino Maia, recebeu o *agrément* daquele Governo, mas não apresentou credenciais, nos cinco anos em que lá esteve. O Embaixador Jório Salgado Gama Filho recebeu *agrément* em novembro de 2001.

Cooperação bilateral

Delegação técnica brasileira na área de saúde esteve em Botsuana, em 1999, para verificar as possibilidades de cooperação técnica bilateral. Não houve, entretanto, desdobramentos.

Em novembro de 2001, delegação de Botsuana esteve no Brasil, sob os auspícios do PNUD, para verificar as possibilidades de cooperação na área de ensino à distância e no combate ao HIV/AIDS. Em fevereiro de 2002, equipe técnica brasileira deverá viajar a Botsuana para trabalhar na implementação de um projeto de educação, através de programas interativos de TV, voltado para o combate à epidemia. Botsuana é o país, na África, com o mais alto índice de contaminação por HIV do continente africano. Ao contrário da quase totalidade dos países africanos, o sistema de estatísticas de Botsuana, inclusive no setor de saúde, é particularmente bom, e acredita-se que, só por isso, o país detenha tal liderança. Os números da epidemia, de qualquer forma, colocam em risco os notáveis avanços sócio-econômicos das últimas décadas, ao mesmo tempo em que abrem portas a uma profícua cooperação com o Brasil particularmente nesse domínio.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL

Intercâmbio Comercial (US\$ mil fob)	1996	1997	1998	1999	2000 (jan-set)
Exportações Brasileiras	131	307	3.422*	535	62
Importações Brasileiras	24	10	5	203	4
Saldo	107	297	3.417	332	58
Total do Comércio	155	317	3.427	738	66

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice
*91,5% = açúcar

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 6, DE 2002

(Nº 10/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 12 a 16 de janeiro de 2002, para realizar Visita Oficial à Federação da Rússia.

Brasília, 8 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 7, DE 2002

(Nº 12/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 16 a 17 de janeiro de 2002, para realizar Visita Oficial à República da Ucrânia.

Brasília, 8 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Nº 10, de 2002 (nº 1.396/2001, na origem), de 18 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2001 (nº 5.299/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, sancionado e transformado na Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001.

Nº 11, de 2002 (nº 1.408/2001, na origem), de 19 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2001 (nº 2.373/2000, na Casa de origem), que institui o Dia da Bíblia, sancionado e transformado na Lei nº 10.335, de 19 de dezembro de 2001.

Nº 12, de 2002 (nº 1.409/2001, na origem), de 19 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2001 (nº 5.907/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

Nº 13, de 2002 (nº 1.415/2001, na origem), de 20 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 62, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do

Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor de quinhentos e cinquenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.337, de 20 de dezembro de 2001.

Nº 14, de 2002 (nº 1.416/2001, na origem), de 20 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 79, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de sessenta milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e um reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.338, de 20 de dezembro de 2001.

Nº 15, de 2002 (nº 1.417/2001, na origem), de 20 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 102-A, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de novecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.339, de 20 de dezembro de 2001.

Nº 16, de 2002 (nº 1.420/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 102, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de vinte e três milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.340, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 17, de 2002 (nº 1.421/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de setecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.341, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 18, de 2002 (nº 1.422/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de dez milhões e trinta e quatro mil reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.342, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 19, de 2002 (nº 1.423/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do

Projeto de Lei nº 39, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de vinte milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e três reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.343, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 20, de 2002 (nº 1.424/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de quatro bilhões, setecentos e vinte e sete milhões, cento e oitenta e oito mil e doze reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.344, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 21, de 2002 (nº 1.425/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.345, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 22, de 2002 (nº 1.426/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 49, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de quarenta milhões, cinqüenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.346, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 23, de 2002 (nº 1.427/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do

Projeto de Lei nº 50, de 2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S.A., crédito suplementar no valor total de um milhão, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.347, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 24, de 2002 (nº 1.428/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e dez reais, para reforço de dotações constantes do or-

çamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.348, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 25, de 2002 (nº 1.429/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e treze reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.349, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 26, de 2002 (nº 1.431/2001, na origem), de 21 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais, sancionado e transformado na Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001.

Nº 27, de 2002 (nº 1.435/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.351, de 26 de dezembro de 2001.

Nº 28, de 2002 (nº 1.436/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2001 (nº 3.474/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário, sancionado e transformado na Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001.

Nº 29, de 2002 (nº 1.437/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 120, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de cento e nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.353, de 26 de dezembro de 2001.

Nº 30, de 2002 (nº 1.438/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 120-A, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor global de doze milhões e duzentos e cinqüenta mil reais, para os fins

que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.354, de 26 de dezembro de 2001.

Nº 31, de 2002 (nº 1.439/2001, na origem), de 26 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2001 (nº 5.876/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001.

Nº 32, de 2002 (nº 1.447/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1999 (nº 1.526/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada, sancionado e transformado na Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001;

Nº 33, de 2002 (nº 1.448/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2001, que altera a Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda -Funproger, sancionado e transformado na Lei nº 10.360, de 27 de dezembro de 2001.

Nº 34, de 2002 (nº 1.449/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2000 (nº 577/99, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre" o Aeroporto localizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, sancionado e transformado na Lei nº 10.361, de 27 de dezembro de 2001;

Nº 35, de 2002 (nº 1.450/2001, na origem), de 27 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 36, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de oito milhões, trezentos e dez mil, trezentos e trinta e seis reais, em favor do Senado Federal e de diversos órgãos do Poder Judiciário, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.362, de 27 de dezembro de 2001;

Nº 36, de 2002 (nº 1.471/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2001 (nº 5.577/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e

dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.363, de 28 de dezembro de 2001.

Nº 37, de 2002 (nº 1.472/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 122, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de dezoito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.364, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 38, de 2002 (nº 1.473/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 40, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de um milhão, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.365, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 39, de 2002 (nº 1.475/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 51, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de vinte e um milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e setenta e sete reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.367, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 40, de 2002 (nº 1.476/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 61, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.368, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 41, de 2002 (nº 1.477/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 63, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.369, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 42, de 2002 (nº 1.478/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do

Projeto de Lei nº 64, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de cento e dezoto milhões, cento e noventa e nove mil, e vinte e nove reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.370, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 43, de 2002 (nº 1.479/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 68, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.371, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 44, de 2002 (nº 1.480/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 69, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de oitenta e cinco milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e sessenta e sete reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.372, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 45, de 2002 (nº 1.481/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 71, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de duzentos e quarenta e um mil reais, em favor do Ministério Público da União, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.373, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 46, de 2002 (nº 1.482/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 74, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de trezentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.374, de 28 de dezembro de 2001.

Nº 47, de 2002 (nº 1.483/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 80, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor glo-

bal de cento e vinte milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.375, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 48, de 2002 (nº 1.484/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 83, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de trinta e cinco milhões, setecentos e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.376, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 49, de 2002 (nº 1.485/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 87, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de trezentos e quarenta e cinco milhões, oito mil, setecentos e quarenta reais, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.377, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 50, de 2002 (nº 1.486/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 89, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de um bilhão, novecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e trinta e sete reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.378, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 51, de 2002 (nº 1.487/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 91, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de dez milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.379, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 52, de 2002 (nº 1.488/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 95, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Defesa e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de cento e cinquenta e sete milhões, novecen-

tos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.380, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 53, de 2002 (nº 1.489/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 100, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de sessenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.381, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 54, de 2002 (nº 1.490/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 103, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor global de trezentos e noventa mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.382, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 55, de 2002 (nº 1.491/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 105, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de trezentos e trinta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e três reais, em favor da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.383, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 56, de 2002 (nº 1.492/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 110, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de duzentos e quinze milhões, dezesseis mil e seiscentos reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.384, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 57, de 2002 (nº 1.493/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 114, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor global de sessenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado

e transformado na Lei nº 10.385, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 58, de 2002 (nº 1.494/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 115, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito especial no valor global de vinte e oito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.386, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 59, de 2002 (nº 1.495/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 116, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de quatro milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e sete reais, em favor do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.387, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 60, de 2002 (nº 1.503/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 126, de 2001-CN, que altera o objetivo do programa 0119 – Saneamento Básico do Plano Plurianual 2000/2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.390, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 61, de 2002 (nº 1.508/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 101, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.391, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 62, de 2002 (nº 1.509/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 78, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo Executivo, Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil e cinquenta e seis reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.392, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 63, de 2002 (nº 1.510/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 72, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais, em favor da Câmara dos Deputados e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.393, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 64, de 2002 (nº 1.511/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 85, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de trinta milhões, setenta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.394, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 65, de 2002 (nº 1.512/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 117, de 2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de cento e oitenta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e sete reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.395, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 66, de 2002 (nº 1.516/2001, na origem), de 28 de dezembro de 2001, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 66, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de setenta e sete milhões, setecentos e dezoito mil, cento e quarenta reais, para reforço de dotações constantes no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.399, de 28 de dezembro de 2001;

Nº 67, de 2002 (nº 8/2002, na origem), de 7 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2001 (nº 2.359/2000, na Casa de origem), que institui o ano 2002 como "Ano Nacional Carlos Drummond de Andrade", sancionado e transformado na Lei nº 10.401, de 7 de janeiro de 2002;

Nº 68, de 2002 (nº 14/2002, na origem), de 8 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2001 (nº 3.648/2000, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Livro Infantil, sancionado e transformado na Lei nº 10.402, de 8 de janeiro de 2002;

Nº 69, de 2002 (nº 19/2002, na origem), de 9 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei

da Câmara nº 136, de 2001 (nº 5.493/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002; e

Nº 70, de 2002 (nº 20/2002, na origem), de 9 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2001 (nº 5.805/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e altera dispositivos da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, sancionado e transformado na Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002.

MENSAGEM Nº 71, DE 2002

(Nº 73/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 111, da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Doutor Renato de Lacerda Paiva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcellos.

Brasília, 8 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

OBJETIVO

Nomeação para o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcellos.

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Renato de Lacerda Paiva

Filiação: Roberto de Andrade Paiva e Dalva Baptista de Andrade Paiva

Identidade: 3710815 SSP/SP

CPF: 029.292.447 – 04

Estado civil: Casado

Idade: 54 anos

Nacionalidade: Brasileira

Cargo: Juiz Togado do TRT – 2ª Região

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

A partir de 8/2000 – Atuação no Tribunal Superior do Trabalho como Juiz Convocado, na área de Recurso de Revista e Agravo de Instrumento.

10/1999 a 7/2000 – Retorno ao TRT/2ª Região em outubro/99, com atuação na 6ª Turma/TRT, especializada em Recursos Ordinários em Processos Sumaríssimos.

8/1997 a 4/1999 – Convocado pelo Tribunal Superior do Trabalho para atuação na área de agravo de instrumento.

5/1995 – Promoção por merecimento ao cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. (São Paulo – capital).

1984/1995 – Juiz Presidente da Vara do Trabalho (17ª Vara de Itapeverica da Serra).

1981 – Ingresso na Magistratura do trabalho como Juiz Substituto no TRT – 2ª Região (1º colocado).

OUTRAS ATIVIDADES

– Palestras sobre "A Nova Regulamentação do Recurso de Revista e do Agravo de instrumento no Processo do trabalho" e "O Processo Sumaríssimo – Lei nº 9957/2000".

– Membro da Comissão Examinadora da Prova Prática (Sentença) do XXIII Concurso para ingresso na Magistratura do Trabalho da 2ª Região.

– Membro da Comissão para estudo do funcionamento das Secretarias de Execuções Integradas (Portaria PR 615/98).

– Coordenador dos trabalhos da Escola da Magistratura do TRT/2ª Região (Portaria SPE 71/96).

– Coordenador dos trabalhos nas Secretarias de Execuções integradas – SEI.

– Professor Adjunto na cadeira de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Paulista – UNIP, licenciado a partir de 1994.

Obs:

– Indicado para composição de lista quádrupla ao cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 1998, ocasião em que foram nomeados os Ministros:

Gelson de Azevedo

Carlos Alberto Reis de Paula

– Indicado para composição de lista tríplice em 1999, ocasião em que foi nomeado o Ministro:

Antônio José de Barros Levenhagen

ESCOLARIDADE

Formação Superior – Direito UEG – Universidade do Estado da Guanabara

Conclusão – 1970

Segundo Grau (Científico)

Instituto Adventista de Ensino – 1962/65

Telefones: TST (061) 314 – 4706 ou 314 – 4995
TRT (011) 255 – 4111 – rm 2491/92

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 72, DE 2002

(Nº 79/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo – me a Vossas Excelências para informá – los de que me ausentarei do País no período de 17 e 18 de fevereiro de 2002, para participar da Cúpula de Presidentes do Mercosul, Bolívia e Chile, a realizar – se na cidade de Buenos Aires, República Argentina.

Brasília, 13 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PROJETO RECEBIDO

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 1, DE 2002**

(Nº 1.357/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado pelo governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado pelo governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA GERAL

Distribuição: Geral

A/RES/54/4

15 de outubro de 1999

Quinquagésima quarta sessão.

Item 109 da Agenda.

RESOLUÇÃO APROVADA
PELA ASSEMBLÉIA GERAL

[sem referência a um Comitê Principal (A/54/L4)]

54/4. Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

A Assembléia Geral,

Reafirmando a Declaração e Programa de Ação de Viena¹ e a Declaração² e a Plataforma de Ação³ de Pequim,

¹ A/CONF.157/24 (Parte I). Capítulo III.

² Relatório da Quarta Conferência Mundial da Mulher, Pequim. 4-15 de setembro de 1995 (publicação das Nações Unidas. Nº E.96.IV. 13) Capítulo I Resolução I. Anexo I.

Lembrando que a Plataforma de Ação de Pequim, em seguimento e Declaração e Programa de Ação de Viena, apoiou o processo iniciado pela Comissão sobre a Situação da Mulher com vistas à elaboração de minuta da protocolo facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher⁴ que pudesse entrar em vigor tão logo possível, em procedimento de direito a petição,

Observando que a Plataforma de Ação de Pequim exortou todos os Estados que não haviam ainda ratificado ou aderido à Convenção a que o fizessem tão logo possível, de modo que a ratificação universal da Convenção pudesse ser alcançada até o ano 2000,

1. Adota e abre a assinatura, ratificação e adesão o Protocolo Facultativo A Convenção, cujo texto encontra-se anexo à presente resolução;

2. Exorta todos os Estados que assinaram, ratificaram ou aderiram à Convenção a assinar e ratificar ou aderir ao Protocolo tão logo possível;

3. Enfatiza que os Estados Partes do Protocolo devem comprometer-se a respeitar os direitos e procedimentos dispostos no Protocolo e cooperar com o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher em todo, os estágios de suas ações no âmbito do Protocolo;

4. Enfatiza também que, em cumprimento de seu mandato, bem como de suas funções no âmbito do Protocolo, o Comitê deve continuar a ser pautado pelos princípios de não-seletividade, imparcialidade e objetividade;

5. Solicita ao Comitê que realize reuniões para exercer suas funções no âmbito do Protocolo após sua entrada em vigor, além das reuniões realizadas segundo o Artigo 20 da Convenção; a duração dessas reuniões será determinada e, se necessário, reexaminada, por reunião dos Estados Partes do Protocolo, sujeita à aprovação da Assembléia Geral;

6. Solicita ao Secretário-Geral que forneça o pessoal e as instalações necessárias para o desempenho efetivo das funções do Comitê segundo o Protocolo após sua entrada em vigor;

7. Solicita, ainda, ao Secretário-Geral que inclua informações sobre a situação do Protocolo em seus relatórios regulares apresentados à Assembléia Geral sobre a situação da Convenção.

28ª Reunião Plenária 6 de outubro de 1999.

Anexo

Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Os Estados Partes do presente Protocolo,

Observando que na Carta das Nações Unidas se reafirma a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, Observando, ainda, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵ proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que cada pessoa tem todos os direitos e liberdades nela proclamados, sem qualquer tipo de distinção incluindo distinção baseada em sexo,

Lembrando ainda que as Convenções Internacionais de Direitos Humanos⁶ e outros instrumentos internacionais de direitos humanos proibem a discriminação baseada em sexo.

Lembrando ainda, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (doravante denominada. "a Convenção"), na qual os Estados Partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas e concordam em buscar, de todas as maneiras apropriadas, e sem demora, uma política de eliminação de discriminação contra a mulher.

Reafirmando sua determinação de assegurar o pleno e equitativo gozo pelas mulheres de todos os di-

reitos e liberdades fundamentais e de agir de forma efetiva para evitar violações desses direitos e liberdades, concordaram com o que se segue:

Artigo 1

Cada Estado Parte do presente Protocolo (doravante denominado "Estado Parte") reconhece a competência do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (doravante denominado "o Comitê") para receber e considerar comunicações apresentadas de acordo com o Artigo 2 deste Protocolo.

Artigo 2

As comunicações podem ser apresentadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, que se encontrem sob a jurisdição do Estado Parte e aleguem ser vítimas de violação de quaisquer dos direitos estabelecidos na Convenção por aquele Estado Parte, ou em nome desses indivíduos ou grupos de indivíduos. Sempre que for apresentada em nome de indivíduos ou grupos de indivíduos, a comunicação deverá contar com seu consentimento, a menos que o autor possa justificar estar agindo em nome deles sem o seu consentimento.

Artigo 3

As comunicações deverão ser feitas por escrito e não poderão ser anônimas. Nenhuma comunicação relacionada a um Estado Parte da Convenção que não seja parte do presente Protocolo será recebida pelo Comitê.

Artigo 4

1. O Comitê não considerará a comunicação, exceto se tiver reconhecido que todos os recursos da jurisdição interna foram esgotados ou que a utilização desses recursos estaria sendo protelada além do razoável ou deixaria dúvida quanto a produzir o efetivo amparo.

2. O Comitê declarará inadmissível toda comunicação que:

(a) se referir a assunto que já tiver sido examinado pelo Comitê ou tiver sido ou estiver sendo examinado sob outro procedimento internacional de investigação ou solução de controvérsias;

(b) for incompatível com as disposições da Convenção;

(c) estiver manifestamente mal fundamentada ou não suficientemente consubstanciada;

(d) constituir abuso do direito de submeter comunicação;

(e) tiver como objeto fatos que tenham ocorrido antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte em questão, a não ser no caso de tais fatos terem tido continuidade após aquela data.

Artigo 5

1. A qualquer momento após o recebimento de comunicação e antes que tenha sido alcançada determinação sobre o mérito da questão, o Comitê poderá transmitir ao Estado Parte em questão, para urgente consideração, solicitação no sentido de que o Estado Parte tome as medidas antecipatórias necessárias para evitar possíveis danos irreparáveis à vítima ou vítimas da alegada violação.

2. Sempre que o Comitê exercer seu arbítrio segundo o parágrafo 1 deste Artigo, tal fato não implica determinação sobre a admissibilidade ou mérito da comunicação.

Artigo 6

1. A menos que o Comitê considere que a comunicação seja inadmissível sem referência ou Estado Parte em questão, e desde que o indivíduo ou indivíduos consintam na divulgação de sua identidade ao Estado Parte, o Comitê levará confidencialmente à atenção do Estado Parte em questão a comunicação por ele recebida no âmbito do presente Protocolo.

2. Dentro de seis meses, o Estado Parte que receber a comunicação apresentará ao Comitê explicações ou declarações por escrito esclarecendo o assunto e o remédio, se houver, que possa ter sido aplicado pelo Estado Parte.

Artigo 7

1. O Comitê considerará as comunicações recebidas segundo o presente Protocolo à luz das informações que vier a receber de indivíduos ou grupos de indivíduos, ou em nome destes, ou do Estado Parte em questão, desde que essa informação seja transmitida às partes em questão.

2. O Comitê realizará reuniões fechadas ao examinar as comunicações no âmbito do presente Protocolo.

3. Após examinar a comunicação, o Comitê transmitirá suas opiniões a respeito, juntamente com sua recomendação, se houver, às partes em questão.

4. O Estado Parte dará a devida consideração às opiniões do Comitê, juntamente com as recomendações deste último, se houver, e apresentará ao Comitê, dentro de seis meses, resposta por escrito incluindo informações sobre quaisquer ações realizadas à luz das opiniões e recomendações do Comitê.

5. O Comitê poderá convidar o Estado Parte a apresentar informações adicionais sobre quaisquer medidas que o Estado Parte tenha tomado em resposta às opiniões e recomendações do Comitê, se houver, incluindo, quando o Comitê julgar apropriado, informações que passem a constar de relatórios subsequentes do Estado Parte segundo o Artigo 18 da Convenção.

Artigo 8

1. Caso o Comitê receba informação fidedigna indicando graves ou sistemáticas violações por um Estado Parte dos direitos estabelecidos na Convenção, o Comitê convidará o Estado Parte a cooperar no exame da informação e, para esse fim, a apresentar observações quanto à informação em questão.

2. Levando em conta quaisquer observações que possam ter sido apresentadas pelo Estado Parte em questão, bem como outras informações fidedignas das quais disponha, o Comitê poderá designar ou mais de seus membros para conduzir uma investigação e apresentar relatório urgentemente ao Comitê. Sempre que justificado, e com o consentimento do Estado Parte, a investigação poderá incluir visita ao território deste último.

3. Após examinar os resultados da investigação, o Comitê os transmitirá ao Estado Parte em questão juntamente com quaisquer comentários e recomendações.

4. O Estado Parte em questão deverá, dentro de seis meses do recebimento dos resultados, comentários e recomendações do Comitê, apresentar suas observações ao Comitê.

5. Tal investigação será conduzida em caráter confidencial e a cooperação do Estado Parte será buscada em todos os estágios dos procedimentos.

Artigo 9

1. O Comitê poderá convidar o Estado Parte em questão a incluir em seu relatório, segundo o Artigo 18 da Convenção, pormenores de qualquer medida tomada em resposta à investigação conduzida segundo o Artigo 18 deste Protocolo.

2. O Comitê poderá, caso necessário, após o término do período de seis meses mencionado no Artigo 8.4 deste Protocolo, convidar o Estado Parte a informá-lo das medidas tomadas em resposta à mencionada investigação.

Artigo 10

1. Cada Estado Parte poderá, no momento da assinatura ou ratificação do presente Protocolo ou no

momento em que a este aderir, declarar que não reconhece a competência do Comitê disposta nos Artigos 8 e 9 deste Protocolo.

2. O Estado Parte que fizer a declaração de acordo com o Parágrafo 1 deste Artigo 10 poderá, a qualquer momento, retirar essa declaração através de notificação ao Secretário-Geral.

Artigo 11

Os Estados Partes devem tomar todas as medidas apropriadas para assegurar que os indivíduos sob sua jurisdição não fiquem sujeitos a maus tratos ou intimidação como consequência de sua comunicação com o Comitê nos termos do presente Protocolo.

Artigo 12

O Comitê incluirá em seu relatório anual, segundo o Artigo 21 da Convenção, um resumo de suas atividades nos termos do presente Protocolo.

Artigo 13

Cada Estado Parte compromete-se a tornar públicos e amplamente conhecidos a Convenção e o presente Protocolo e a facilitar o acesso à informação acerca das opiniões e recomendações do Comitê, em particular sobre as questões que digam respeito ao próprio Estado Parte.

Artigo 14

O Comitê elaborará suas próprias regras de procedimento a serem seguidas no exercício das funções que lhe são conferidas no presente Protocolo.

Artigo 15

1. O presente Protocolo estará aberto & assinatura por qualquer Estado que tenha ratificado ou aderido à Convenção.

2. O presente Protocolo estará sujeito à ratificação por qualquer Estado que tenha ratificado ou aderido à Convenção. Os instrumentos de ratificação deverão ser depositados junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

3. O presente Protocolo estará aberto à adesão por qualquer Estado que tenha ratificado ou aderido à Convenção.

4. A adesão será efetivada pelo depósito de instrumento de adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 16

1. O presente Protocolo entrará em vigor três meses após a data do depósito junto ao Secretá-

rio-Geral das Nações Unidas do décimo instrumento de ratificação ou adesão.

2. Para cada Estado que ratifique o presente Protocolo ou a ele venha a aderir após sua entrada em vigor, o presente Protocolo entrará em vigor três meses após a data do depósito de seu próprio instrumento de ratificação ou adesão.

Artigo 17

Não serão permitidas reservas ao presente Protocolo.

Artigo 18

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas ao presente Protocolo e dar entrada a proposta de emendas junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral deverá, nessa ocasião, comunicar as emendas propostas aos Estados Parte juntamente com solicitação de que o notifiquem caso sejam favoráveis a uma conferência de Estados Partes com o propósito de avaliar e votar a proposta. Se ao menos um terço dos Estados Partes for favorável à conferência, o Secretário-Geral deverá convocá-la sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na conferência será submetida à Assembléia-Geral das Nações Unidas para aprovação.

2. As emendas entrarão em vigor tão logo tenham sido aprovadas pela Assembléia-Geral das Nações Unidas e aceitas por maioria de dois terços dos Estados Partes do presente Protocolo, de acordo com seus respectivos processos constitucionais.

3. Sempre que as emendas entrarem em vigor, obrigarão os Estados Partes que as tenham aceitado, ficando os outros Estados Partes obrigados pelas disposições do presente Protocolo e quaisquer emendas anteriores que tiverem aceitado.

Artigo 19

1. Qualquer Estado Parte poderá denunciar o presente Protocolo a qualquer momento por meio de notificação por escrito endereçada ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia terá efeito seis meses após a data do recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

2. A denúncia não prejudicará a continuidade da aplicação das disposições do presente Protocolo em relação a qualquer comunicação apresentada segundo o Artigo 2 deste protocolo e a qualquer investigação iniciada segundo o Artigo 6 deste Protocolo antes da data de vigência da denúncia.

Artigo 20

O Secretário-Geral das Nações Unidas informará a todos os Estados sobre:

a) Assinaturas, ratificações e adesões ao presente Protocolo;

b) Data de entrada em vigor do presente Protocolo e de qualquer emenda feita nos termos do Artigo 18 deste Protocolo;

c) Qualquer denuncia feita segundo o Artigo 19 deste Protocolo.

Artigo 21

1. O presente Protocolo, do qual as versões em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticas, será depositado junto aos arquivos das Nações Unidas.

2. O Secretário-Geral das Nações Unidas transmitirá cópias autenticadas do presente Protocolo a todos os estados mencionados no Artigo 25 da Convenção.

MENSAGEM Nº 374, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher, assinado pelo Governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Brasília, 25 de abril de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 78/DTS-MRE – STES

Brasília, 16 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Congresso Nacional e versão em português do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da qual o Brasil é parte, para apreciação daquela Casa com vistas a sua ratificação pelo Governo brasileiro.

2. O Protocolo Facultativo foi adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 6 de outubro de 1999. Ratificado até o momento por 18 países, encontra-se em vigor internacionalmente desde 22 de dezembro de 2000. Foi assinado pelo Governo

brasileiro na sede das Nações Unidas em Nova York, em 13 de março de 2001. O Protocolo prevê mecanismo pelo qual denúncias sobre casos de discriminação contra a mulher podem ser apresentados individualmente ao Comitê da CEDAW, que poderá emitir recomendações aos estados-partes. O Protocolo constituiria, dessa forma, importante instrumento de fortalecimento da Convenção e de renovação do compromisso do Governo brasileiro de decidida promoção e proteção aos direitos das mulheres.

Respeitosamente, **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
.....

OFÍCIOS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 622/2001, de 12 de dezembro de 2001, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 12.12.2001).

Nº 649/2001, de 21 de dezembro de 2001, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999 (nº 5.470/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. (Projeto enviado à sanção em 21.12.2001).

Nº 655/2001, de 27 de dezembro de 2001, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996 (nº

1.873/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 27.12.2001).

PARECER

PARECER Nº 1, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2001 (nº 1.733/96, na Casa de origem), que estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2000, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que acrescenta art. 392-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e art. 71-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade das mães adotivas ou que tenham obtido guarda judicial de crianças e dá outras providências; o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2000, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e salário-maternidade das mães adotantes ou com guarda judicial de crianças e dá outras providências; e o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a redação do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho que estabelece o tempo da licença-maternidade, que tramitam em conjunto, nos termos do Requerimento nº 631, de 2001.

Relatora: Senadora Marina Silva

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 101,

de 2001, cuja finalidade é, ao dar nova redação ao art. 392 da CLT, adaptar a legislação trabalhista ao preceito constitucional referente à licença-gestante e dispor, ao acrescentar o art. 392-A à CLT, sobre a licença-maternidade e salário-maternidade das mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 631, de 2001, tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 182 e 196, de 2000, e 125, de 2001, que tratam do mesmo assunto.

Ao justificar a iniciativa, a sua autora alega:

...o inciso XVIII do art. 7º de nossa Carta Magna, além de garantir a total remuneração durante o afastamento da empregada gestante, proíbe prejuízos ao emprego, cumprindo sua finalidade de proteção à maternidade e à família. Urge agora adaptar a Consolidação das Leis do Trabalho ao espírito constitucional. É esse o objetivo da iniciativa que estamos propondo aos ilustres Pares desta Casa.

Julgamos, também, necessário estender a proteção da licença maternidade às empregadas adotantes ou responsáveis por guarda de crianças menores de um ano de vida. Tal dispositivo busca possibilitar não apenas a adaptação recíproca entre mãe e filho, como também garantir a maior assistência e presença maternas, tão importantes nessa fase da vida da criança.

O PLC nº 101, de 2001, propõe que:

1 – a licença-maternidade será de cento e vinte dias, sem prejuízo do salário e do emprego;

2 – o empregador que obstar seu pleno gozo incorrerá em multa;

3 – à empregada, que adotar ou obter a guarda judicial para fins de adoção de criança, será assegurado um período de licença de cento e vinte dias, se a adoção ou guarda judicial de criança até um ano de idade; se a criança tiver de um a quatro anos de idade, a licença será de sessenta dias; quando tiver mais de oito anos de idade, o período de licença será de trinta dias;

4 – é devido o salário-maternidade à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial de criança nas condições do item anterior.

O PLS nº 182, de 2000, prevê que:

1 – o prazo de licença-maternidade será de cento e vinte dias se a empregada adotar ou obtiver guarda judicial de criança até cinco anos, ou, de trinta dias, se a criança tiver mais de cinco anos de idade;

2 – é devido o salário-maternidade à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial de criança nas condições do item anterior.

Já o PLS nº 196, de 2000, estabelece que:

1 – o prazo de licença-maternidade será de cento e vinte dias se a empregada adotar ou obtiver guarda judicial de criança até um ano, ou, de trinta dias, se a criança tiver mais de um ano e menos de cinco anos de idade;

2 – é devido o salário-maternidade à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial de criança nas condições do item anterior.

Por fim, o PLS nº 125, de 2001 veda o trabalho da mulher grávida no período de oito semanas antes e doze semanas depois do parto.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Análise

A proposição proveniente da Câmara dos Deputados trata de maneira abrangente a questão da licença-maternidade, pois, além de regulamentar o respectivo dispositivo constitucional, estende o mesmo direito à empregada que venha a adotar uma criança.

Como é sabido, a importância do instituto da licença-maternidade não reside apenas na recuperação física da mãe que deu à luz. Destina-se, principalmente, a dar-lhe a oportunidade de dispensar todos aqueles cuidados necessários e indispensáveis à criança que acaba de chegar ao seio familiar, zelando por sua frágil condição, pela sua correta alimentação, bem como dar-lhe carinho e amor, tão fundamentais para seu perfeito desenvolvimento.

No caso da adoção, tais cuidados são importantíssimos, uma vez que a adaptação à nova realidade, tanto da parte da mãe quanto da criança, é mais difícil e trabalhosa. A maneira como um recém-nascido é visto pelo adulto no início de sua vida, sem dúvida alguma, influenciará todo seu comportamento futuro no que diz respeito ao estabelecimento de ligações afetivas.

Em “Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado”, Dirce M. Bengel de Paula afirma que a liga-

ção inicial da criança com o adulto que dela cuida exige total integração, caso contrário, o adulto não conseguirá entender o comportamento manifesto da criança, impedindo que esta encontre satisfação de suas necessidades. Este primeiro período do desenvolvimento infantil é de extrema importância no que concerne às ligações afetivas futuras estabelecidas pela criança, tanto no plano individual quanto no grupal. E o protótipo da relação afetiva adulta (pág. 211).

Assim, sob o aspecto humano e social da questão, a permanência da mãe ao lado da criança, seja ela adotante, seja ela mãe natural, é imprescindível e, portanto, deve a lei favorecê-la.

Sob o aspecto jurídico, entendemos que a concessão da licença-maternidade, assim como o salário-maternidade, tem o amparo da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com efeito, estabelece a Lei Maior:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...

Art. 6º São direitos sociais a educação, ... a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados...

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação...

.....
§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Na mesma direção, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao assegurar que a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, estabelece:

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Não resta, pois, dúvida alguma que, para a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do

Adolescente, é incontestável a igualdade entre o adotado e o filho natural, até porque lhes confere direitos e obrigações idênticos, além de estimular, de um modo muito particular, a adoção de crianças abandonadas e carentes, por parte daqueles que se encontram em condição de fazê-lo. Nesse contexto, inserem-se a licença-maternidade e o salário-maternidade, que passam a constituir, também, instrumentos de incentivo à adoção.

Assim, não é demais insistir que, se ao filho natural é assegurado o direito ao convívio da mãe nos primeiros meses de vida, o mesmo direito deve ser atribuído ao filho adotivo, pois, do contrário, estaremos afrontando claros dispositivos constitucionais e legais.

Em conclusão, as proposições são meritórias e tratam a matéria de forma semelhante e quase com a mesma amplitude. Entendemos, entretanto, que, sendo o PLC nº 101, de 2001, mais abrangente e completo que os demais, deva ele prevalecer sobre os projetos desta Casa.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2001 e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2000, do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2000 e do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2001.

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 2001. –
Romeu Tuma – Presidente – **Marina Silva** – Relatora
– **Sebastião Rocha** – **Mauro Miranda** – **Leomar Quintanilha** – **Geraldo Cândido** – **Jonas Pinheiro** –
Luiz Pontes – **Fernando Matusalem** – **Osmar Dias** –
Nabor Júnior – **Heloísa Helena** – **Tião Viana** –
Benício Sampaio – **Juvêncio da Fonseca** – **Lindberg Cury** – **Maguito Vilela**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabili-

dade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais

(*) Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 14-2-2000:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências

CAPÍTULO III

Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Seção I

Disposições Gerais

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

§ 1º Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

§ 2º É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, antes de a eminente Secretária em exercício continuar a leitura do Expediente, gostaria de fazer um apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem, sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Presidência da Casa, como toda a Mesa, está interessada na agilização da reforma do Poder Judiciário.

Na próxima quarta-feira, depois de amanhã, vamos ter reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Gostaria de fazer um apelo a V. Exª no sentido de que, no dia de amanhã, mande transmitir essa informação pelo serviço de som da Casa, porque nessa reunião retomaremos os trabalhos da reforma do Poder Judiciário. É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Mesa tomará todas as providências cabíveis no sentido de atender ao justo requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2002, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual, a referida Comis-

são terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2001 (nº 1.733/96, na Casa de origem), que estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182 e 196, de 2000; e 125, de 2001), cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 1, de 2002 (nº 1.454/2001, na origem), de 27 de dezembro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2002.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: "O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 2, de 2002 (nº 28/2002, na origem), de 21 de janeiro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 3, de 2002 (nº 1.399/2001, na origem), de 18 de dezem-

bro passado, pela qual o Presidente da República, nos termos do inciso XXIX do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, encaminha o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), referente ao exercício de 2000.

O expediente vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu as Mensagens nºs 8 e 9, de 2002 (nº 1.455/2001 e 60/2002, respectivamente, na origem), pelas quais o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, os demonstrativos das emissões do real correspondentes ao mês de novembro de 2001 e ao quarto trimestre daquele ano, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Os expedientes, anexados ao processado da Mensagem nº 105, de 2001, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu o Aviso nº 567, de 2001, de 17 de dezembro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, com a redação dada pelas Resoluções nºs 51, de 1997, 34, de 1999 e 74, de 2000, do Senado Federal, Relatório sobre a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de agosto a outubro de 2001.

O expediente, anexado ao processado do Diversos nº 34, de 1997, e, em cópia, aos processados das Resoluções referidas, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu os Ofícios nºs 329 a 331, de 2002, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 39 da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, os boletins das finanças estaduais e municipais relativos aos meses de setembro, outubro e novembro de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas autarquias, fundações e empresas estatais.

Informa ainda que, com vistas a atender os objetivos de transparência e de ampla divulgação, os referidos boletins são enviados mensalmente por **e-mail** para os Srs. Senadores e colocados à dispo-

sição também nos **sites** do Banco Central, na Internet.

Os expedientes, anexados ao processado do Ofício nº S/22, de 2001, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil os Ofícios nºs 90, 333 e 334, de 2002, na origem, encaminhando as relações das operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2001.

Informa ainda que, no âmbito daquela Instituição, nos períodos referidos foram autorizadas 34 operações de crédito de dívida fundada interna, indeferidas 20 operações da mesma espécie e autorizada 1 operação de ARO e encaminhadas a esta Casa 11 operações de crédito, sendo 4 de dívida fundada interna e 7 de dívida fundada externa.

Comunica também que o Senado Federal autorizou, nos meses citados, 9 operações de crédito e 1 renegociação de dívida fundada interna.

Os expedientes anexados ao processado do Ofício nº S/13, de 2001, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº S/1, de 2002 (nº 3.415/2001, na origem), de 19 de dezembro último, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, manifestação daquele órgão sobre a solicitação do Governo do Estado de São Paulo para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de 34 milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a R\$90.797.000,00, à taxa de câmbio de 30/09/01, cujos recursos serão destinados ao Programa de Atuação em Cortiços.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/2, de 2002 (nº 3.416/2001, na origem), de 19 de novembro último, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, manifestação daquele órgão sobre a solicitação do Governo do Estado de São Paulo para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de 120 milhões de dólares dos

Estados Unidos da América, equivalentes a R\$320.460.000,00, à taxa de câmbio de 30/09/01, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias daquele Estado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/3, de 2002, de 18 de dezembro último, do Parlamento Latinoamericano, encaminhando cópia das Atas da Reunião da Junta Diretiva e da VI Assembléia Extraordinária do Parlamento Latinoamericano, realizadas nos dias 29 e 30 de novembro passado, em São Paulo.

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, declara prejudicados e encaminha ao Arquivo os Requerimentos nºs 76, de 1999, 44 e 75, de 2001, de convocação de Ministro de Estado, uma vez que os Ministros convocados já não são titulares das pastas ministeriais a que se referem os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário, em atendimento às recomendações constantes do Relatório Final nº 1, de 2001, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que encaminhou, durante o recesso parlamentar, ofícios às seguintes autoridades e entidades referidas no mencionado relatório: Presidente da República, Presidente do Banco Central do Brasil, Ministro de Estado da Fazenda, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro de Estado de Minas e Energia, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Procuradoria-Geral da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Secretário da Receita Federal, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social, Presidente da Federação Paulista de Futebol, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal,

Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Presidente do Fluminense Futebol Clube e o Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade Esportiva Palmeiras.

São os seguintes os ofícios encaminhados:

Mensagem nº 1/2002

Brasília, 31 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol e publicado em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** nº 190, do dia 20 de dezembro de 2001. – **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

OFÍCIO Nº 3 (SF)

Brasília, 31 de janeiro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Pedro Parente
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Senhor Ministro,

Encaminho a Vossa Excelência a Mensagem nº 1, de 2002 (SF), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, com o Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol e publicado em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** nº 190, do dia 20 de dezembro de 2001.

Atenciosamente, – Senador **Antero Paes de Barros**, Segundo Secretário no exercício da Primeira Secretária.

OF.SF 4/2002

Brasília, de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Banco Central do Brasil, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade

nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V.Exª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda a essa entidade bancária:

I – Confederação Brasileira de Futebol – pag. 361

Adotar as providências necessárias ao aprofundamento das investigações cabíveis relativas aos fatos constantes das páginas 519 e 520.

II – O caso dos Empresários de Futebol – pag. 616

Apuração de irregularidades cambiais e fiscais cometidas pelos empresários alencadas às págs. 634 e 635.

III – O caso da Federação Paulista de Futebol – pag. 653

Apure a possível fraude bancária e a ocorrência de crime de evasão de divisas por parte da FPF relacionados às págs. 739 e 740.

IV – O caso do Clube de Regatas Vasco da Gama – pag. 929

Adotar as providências necessárias ao cumprimento das sugestões e determinações alencadas às págs. 990.

VII – O caso do Fluminense Football Club – pag. 993

Instalar procedimentos de fiscalização, conforme sugerido às págs. 1012, sem prejuízo de outras recomendações constantes do mesmo.

Cordiais saudações. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

OF.SF/5/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Ministro,

Para conhecimento e providências de V. Exª, encaminho-lhe exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Fi-

nal nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão dos trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, onde constam recomendações e sugestões a órgãos desse Ministério.

Atenciosas saudações, – **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

OF. SF/6/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Atendendo recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Ex^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão dos trabalhos, pela referida CPI.

Como resultado da investigação procedida sobre as atividades do Clube de Regatas Vasco da Gama (págs. 929), a Comissão recomenda a esse Tribunal (págs. 990) que verifique a prestação de contas do Senhor Eurico Angelo de Oliveira Miranda quando da campanha de sua eleição para a Câmara dos Deputados, pela representação do Estado do Rio de Janeiro, em 1998.

Atenciosas saudações, – **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

OF. SF/7/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Tribunal da Contas da União, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Ex^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como

conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito sugere que, quanto ao Clube de Regatas do Flamengo (págs. 826), essa Corte de Contas adote as providências recomendadas às págs. 911 do referido Relatório, sem prejuízo de outras constantes do mesmo.

Atenciosas saudações, – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

OF.SF/8/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Ministro,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Ministério de Minas e Energia, dirigido por V. Ex^a, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminhado a V. Ex^a, exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito sugere que, quanto ao Clube de regatas do Flamengo (págs. 826), esse Ministério adote as providências recomendadas às págs. 911 do referido Relatório, sem prejuízo de outras constantes do mesmo.

Atenciosas saudações, – Senador **Ramet Tebet**, Presidente do Senado Federal.

OF. SF Nº 9/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Ministro,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Ministério de Minas e Energia, dirigido por V. Ex^a, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem

adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Ex^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após análise sobre a questão previdenciária das entidades esportivas, a Comissão Parlamentar de Inquérito, no que se refere à Federação Mineira de Futebol, recomenda a esse Ministério que tome conhecimento dos “artifícios empregados na aquisição de terreno rural para entregar em garantia de dívida a ser re – financiada, além de ação fiscal para avaliação do recolhimento devido, nos boletins financeiros dos jogos organizados pela Federação Mineira de Futebol”, conforme págs. 781 do Relatório em referência, sem prejuízo de outras providências que julgue necessárias.

Atenciosas saudações, – Senador **Ramez Tebet** Presidente do Senado Federal.

OF. SF Nº 10/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Ministro,

Para conhecimento e providências do Ministério dirigido por V. Ex^a, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Ex^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Informo a V. Ex^a que, após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito, às págs. 187 a 191 de seu Relatório, apresenta recomendações e sugestões que envolvem diretamente a competência desse Ministério.

Atenciosas saudações, – Senador Ramez Tebet Presidente do Senado Federal.

OF. SF Nº 11/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Procurador – Geral,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Ministério Público Federal à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Ex^a 10 (dez) exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda a esse Órgão:

I – Confederação Brasileira de Futebol – pág. 361 Adotar as providências necessárias ao aprofundamento das investigações cabíveis relativas aos fatos constantes das páginas 510 a 516.

II – O caso Vanderlei Luxemburgo da Silva – pág. 588

Proceder ao indiciamento do Sr. Vanderlei Luxemburgo pela prática de crimes tributários, podendo o Ministério Público, para tanto, receber informações e provas em poder da Comissão Parlamentar de Inquérito – pág. 614

OF. SF Nº 12/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Atendendo recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Ex^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão dos trabalhos, pela referida CPI.

Como resultado da investigação procedida sobre as atividades do Clube de Regatas Vasco da Gama (págs. 929), a Comissão recomenda à Câmara dos Deputados (págs. 991) que proceda a abertura de processo disciplinar contra o Deputado Eurico Ângelo de Oliveira Miranda pela prática de atos desabonadores de sua conduta e atentatórios à dignidade e ao decoro parlamentar, bem como a prática de crimes comuns praticados no exercício de seu mandato.

Atenciosas saudações, – Senador **Ramez Tebet** Presidente do Senado Federal.

OF. SF/13/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Secretário,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte da Secretaria da Receita Federal, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. S^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda a essa Secretaria:

I – Confederação Brasileira de Futebol – pág. 361.

Adotar as providências necessárias ao aprofundamento das investigações cabíveis relativas aos fatos constantes das páginas 516 a 519.

II – O caso Vanderlei Luxemburgo da Silva – pág. 588

Proceder à ação fiscal contra o Sr. Vanderlei Luxemburgo da Silva notadamente quanto aos fatos enumerados às páginas 613 e 614, podendo essa Secretaria, para tanto, receber informações e provas em poder da Comissão Parlamentar de Inquérito.

III – O caso dos Empresários de Futebol – pág. 616.

Apuração de irregularidades cambiais e fiscais cometidas pelos empresários alencados às págs. 634 e 635.

OF. SF/14/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhora Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, e à vista do disposto na Lei

nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. S^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do Diário do Senado Federal do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda a esse Conselho:

I – Confederação Brasileira de Futebol – pág. 361.

Adotar as providências necessárias ao aprofundamento das investigações cabíveis relativas aos fatos constantes das páginas 520 e 521.

II – O caso Vanderlei Luxemburgo da Silva – pág. 588.

Adotar providências no sentido das sugestões e determinações constantes às págs. 614, podendo, para tanto, receber informações e provas em poder da CPI.

III – O caso dos Empresários de futebol – pág. 616.

Adotar providências para a apuração de irregularidades cambiais e fiscais referidas às págs. 635, sem prejuízo de outras constantes do mesmo.

Atenciosamente, Senador **Carlos Wilson** Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF. SF/15/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. S^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme o disposto às págs. 650 do referido Relatório, sugere que essa entidade, sem prejuízo de outras providências, con-

trate uma auditoria externa independente para proceder a um estudo percutiente de sua situação econômico-financeira

Atenciosas saudações, Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF. SF/16/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte da Confederação Brasileira de Futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. S^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito sugere que essa entidade:

a) Intervenha nos negócios da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, conforme recomendações às págs. 651 do referido Relatório:

b) Intervenha imediatamente na Federação Mineira de Futebol, para os fins previstos na exposição às págs. 781 do referido Relatório, sem prejuízo de outras providências constantes do mesmo.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF.SF/17/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Diretor-Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. S^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parla-

mentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda que essa entidade:

a) intensifique a fiscalização quanto à sonegação fiscal nos estádios de atuação da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, conforme o descrito às págs. 651 do referido Relatório, sem prejuízo de outras providências constantes do mesmo;

b) quanto ao Clube de Regatas do Flamengo (págs. 826), adote as providências recomendadas às págs. 911 do Relatório em referência;

c) quanto à Sociedade Esportiva Palmeiras (pág. 1013), a CPI coloca à disposição da fiscalização do INSS os documentos por ela obtidos do sigilo bancário da Rummell, conforme conclusão às págs. 1023.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF.SF/18/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte da Federação Paulista de Futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. S^a exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos da recomendação às págs. 740, sugere aos Clubes filiados à Federação Paulista de Futebol que, promovam uma Assembléia-Geral Extraordinária, com a finalidade de contratar conceituada empresa de auditoria externa para examinar as contas da Federação.

Com esse objetivo solicito a V. S^a, fazer chegar ao conhecimento dos Clubes em referência os termos do Relatório e do presente ofício.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF. SF/19/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Para conhecimento e providências do Clube de Regatas do Flamengo, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Sª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda a adoção, por parte desse Clube, das providências alencadas às págs. 908 e 909 do Relatório em referência, sem prejuízo de outras constantes do mesmo.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF.SF/20/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Diretor-Geral,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Departamento de Polícia Federal, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Exª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda, quanto ao Clube de Regatas do Flamengo (págs. 826), que a Polícia Federal apure os fatos alencados às págs. 911 do referido Relatório, sem prejuízo de outros constantes do mesmo, colocando, para tanto, à disposição desse Departamento, na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, fita e degravação da mesma contendo a entrevista do Sr. Luiz Carlos de Medeiros, prestada ao jornal **Lance**.

Atenciosas saudações, _ Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF. SF Nº 20/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Diretor-Geral,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Departamento de Polícia Federal, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Exª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de inquérito recomenda, quanto ao Clube de Regatas do Flamengo (págs. 826), que a Polícia Federal apure os fatos alencados às págs. 911 do referido Relatório, sem prejuízo de outros constantes do mesmo colocando, para tanto, à disposição desse Departamento, na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, fita e de gravação da mesma contendo a entrevista do Sr. Luiz Carlos de Medeiros, prestada ao **jornal Lance**.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF. SF Nº 21/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias por parte do Botafogo de Futebol e Regatas, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Sª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Após a conclusão de suas investigações a Comissão Parlamentar de Inquérito sugere à essa instituição a adoção de providências no sentido do atendimento das recomendações alencadas às págs. 928 do referido Relatório, sem prejuízo de outras constantes do mesmo.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF.SF Nº 22/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Atendendo recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Exª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão dos trabalhos, pela referida CPI.

Como resultado da investigação procedida sobre as atividades do Fluminense Football Club (págs. 993), a Comissão coloca a disposição da 1ª Central de Inquéritos desse Ministério Público (pág. 1012) os documentos sigilosos, de natureza bancária e fiscal, por ela obtidos, referentes ao Sr. Alvaro Ferdinando Duarte Barcelos.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF. SF Nº 23/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Atendendo recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Exª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão dos trabalhos, pela referida CPI.

Como resultado da investigação procedida sobre as atividades do Fluminense Football Club (págs. 993), a Comissão recomenda à Comissão de Valores Mobiliários-CVM que instale procedimentos de fiscalização no Fundo de Investimentos Fluminense/Oceânica, pelas razões especificadas às págs. 1012 do referido Relatório.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF.SF/24/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Atendendo recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo

Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Sª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão dos trabalhos, pela referida CPI.

Como resultado da investigação procedida sobre as atividades do Fluminense Football Club (págs. 993), a CPI recomenda à atual gestão dessa entidade desportiva que desenvolva providências no sentido do atendimento das recomendações alencadas às págs. 1012 do Relatório em referência.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

OF.SF/25/2002

Brasília, 29 de janeiro de 2002

Senhor Presidente,

Atendendo recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, e à vista do disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, encaminho a V. Sª exemplar do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado, como conclusão dos trabalhos, pela referida CPI.

Como resultado da investigação procedida sobre as atividades da Sociedade Esportiva Palmeiras, (págs. 1013), a CPI recomenda à esse Conselho e aos associados do Palmeiras a seleção de uma empresa de auditoria para os fins relacionados às págs. 1023 do Relatório em referência.

Atenciosas saudações, – Senador **Carlos Wilson**, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 67

Brasília, 6 de fevereiro de 2002

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, acuso o recebimento do Ofício/SF11/2002, de 29 de janeiro de

2002, acompanhado de dez exemplares do Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal** do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, referente a CPI do Futebol, e informo que estou remetendo, nesta data, o mencionado material para os Procuradores-Chefes das Procuradorias da República nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, visando à abertura dos competentes inquéritos com o indiciamento dos responsáveis e início da ação penal, conforme o caso. (Cópias anexas).

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, **Geraldo Brindeiro** – Procurador-Geral da República.

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 64

Brasília, 6 de fevereiro de 2002

Senhor Procurador-Chefe,

Cumprimentando-o, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para conhecimento e abertura dos competentes inquéritos com indiciamento dos responsáveis e início da ação penal, conforme o caso, cópia do Ofício SF/11/2002, de 29 de janeiro de 2002, recebido hoje do Exmº Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, notadamente quanto aos itens I – Confederação Brasileira de Futebol, III – Caso dos Empresários de Futebol e IV – Caso da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, e o Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal**, do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI “Futebol”, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 65

Brasília, 6 de fevereiro de 2002

Senhora Procuradora-Chefe,

Cumprimentando-a, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para conhecimento e abertura dos competentes inquéritos com o indiciamento dos responsáveis e início da ação penal, conforme o caso, cópia do Ofício SF/11/2002, de 29 de janeiro de 2002, recebido hoje do Exmº Senador Ramez Tebet,

Presidente do Senado Federal, notadamente quanto aos itens II – Caso Vanderlei Luxemburgo da Silva e V – Caso da Federação Paulista de Futebol, e o Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal**, do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI “Futebol”, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Geraldo Brindeiro**. – Procurador-Geral da República.

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 66

Brasília, 6 de fevereiro de 2002

Senhor Procurador-Chefe,

Cumprimentando-o, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para conhecimento e abertura dos competentes inquéritos com o indiciamento dos responsáveis e início da ação penal, conforme o caso, cópia do Ofício SF/11/2002, de 29 de janeiro de 2002, recebido hoje do Exmº Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, notadamente quanto ao item VI – O Caso da Federação Mineira de Futebol, e o Suplemento ao nº 190 do **Diário do Senado Federal**, do dia 20 de dezembro de 2001, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2001, apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI “Futebol”, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-geral da República.

OFÍCIO PR/RJ/GAB/PF/26/02

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2002-01-22

Ref.: Expediente Administrativo MPF
SECRIM/PR/RJ 1.30.011.000079/2002-25

Ao Exmº Sr. Presidente do Senado Federal,

Cumprimentando-o, serve o presente para informar a V. Exª da instauração, por parte desta unidade do Ministério Público Federal, do expediente administrativo em epígrafe, distribuído a este gabinete, e tendo por base fatos apurados pela chamada CPJ do futebol que dizem respeito a esfera de atribuição desta Procuradoria da República.

Outrossim, solicito os bons préstimos de V. Ex^a no sentido de que sejam encaminhados a este gabinete, toda documentação, inclusive bancária e fiscal, que ensejou as conclusões dos trabalhos da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, no tocante à pessoa de Wanderley Luxemburgo da Silva, apenas.

Desde já agradecendo pela colaboração de Vossa Excelência, subscrevemo-nos. – **Paulo Fernando Corrêa**, Procurador da República.

OF.PR/RJ/LB/050/02

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2002

Ref.: Proc. Adm. nº 1.30.011.003089/2001-31

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal,

Cumprimentando-o, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, instaurado na Procuradoria da República no Rio de Janeiro a partir do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado “destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol”, enviado pelo Exmº Sr. Procurador-Geral da República, documentos relativos à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (fl. 595 do Relatório) e aos pagamentos que foram feitos a Juan Figger Svlrski e Aremithas José de Lima (fls. 600/601).

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Lisiane Cristina Braecher**, Procuradora da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação e será junta-do ao processado do Requerimento nº 497, de 2000.

Quanto ao Ofício nº 26, de 2002, a Presidência defere a solicitação nele contida com a transferência dos sigilos fiscal e bancário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Vice-Líder do Governo, no exercício da Liderança, Senador Romero Jucá, por cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve.

Pedi a palavra para registrar e pedir a transcrição do requerimento que apresentei hoje à Comissão de Assuntos Sociais, que, portanto, deverá ser apreciado na próxima quarta-feira, solicitando o comparecimento à Comissão do Presidente Nacional do Conselho Federal de Medicina, do Presidente Regional do

Conselho Federal de Medicina de Goiás e do Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica para iniciar algo que entendo ser extremamente importante: a discussão da reestruturação da legislação para cobrar fiscalização, acompanhamento e punição de médicos que realizam cirurgias.

Nos últimos dias, o Brasil foi tomado de surpresa pela imprensa que divulgou notícias alarmantes. Começou com a morte de cinco pessoas operadas pelo médico Marcelo Caron. A partir daí, levantaram-se questões importantes que deveriam ser verificadas e modificadas, como, por exemplo, a falta de responsabilidade e controle dos hospitais na permissão para médicos operarem e a publicidade deslavada, como no caso das cirurgias plásticas, enganando o consumidor e criando risco de vida para milhares de brasileiros.

Apesar de não ser médico, entendo que é importante o Senado se debruçar sobre a matéria para que possamos, com a contribuição dos conselhos, da sociedade organizada, das Senadoras e Senadores e, principalmente, dos médicos, estruturar uma nova legislação que dê garantia e respaldo e fiscalize a atuação da Medicina no País.

Para encerrar, peço o apoio de todos os companheiros nessa empreitada e a transcrição do requerimento e da matéria da revista **Veja**, que foi publicada nesta semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

REQUERIMENTO Nº DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero o comparecimento do Presidente Nacional do Conselho Federal de Medicina, do Presidente Regional do Conselho Federal de Medicina de Goiás, e do Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, ao Plenário da Comissão de Assuntos Sociais, afim de prestarem esclarecimentos sobre os fatos amplamente divulgados nos noticiários nacionais, de inúmeros acidentes e mortes decorrentes de operações plásticas praticadas por médicos, cuja habilitação, segundo denúncia, não atende os padrões exigidos, em especial, os que envolvem o médico Denísio Marcelo Caron, conforme reportagem da revista **Veja** de 20 de fevereiro de 2002. em anexo.

Sala das Sessões 18 de fevereiro de 2002 – Senador **Rome-ro Jucá**.

Medicina**O Médico que Matava****Cirurgião plástico é preso em Brasília depois da morte de sua quinta paciente.**

O médico Denísio Marcelo Caron tem 38 anos, é um homem bem apessoado, veste ternos da moda, mora num apartamento confortável em Goiânia e ganha cerca de 12.000 mil reais por mês. Nos últimos dois anos, exerceu a profissão de cirurgião plástico em ritmo febril: fez cerca de 1.000 cirurgias. Na semana passada, em Brasília, Marcelo Caron foi preso por ordem da Justiça Federal. O motivo é assustador: doze horas antes da sua prisão, morrera mais uma de suas pacientes. A vítima foi a fisioterapeuta Grasiela Murta Oliveira, 26 anos. Uma semana depois de se submeter a uma lipoescultura com o doutor Caron. Grasiela foi internada com complicações pós-operatórias, que evoluíram para uma infecção generalizada. Em seguida, entrou em estado de coma e, na quinta-feira, morreu com falência múltipla dos órgãos. Pelo que se tem notícia até agora, Grasiela foi a quinta vítima fatal do bisturi do doutor nos últimos anos.

Formado pela Universidade Severino Sombra, no Rio de Janeiro, cujo curso de medicina recebeu notas D.C e C nos últimos Provões do Ministério da Educação, Caron começou a carreira em Campinas, no interior de São Paulo. Entre 1994 e 1996, fez um estágio em cirurgia plástica no Hospital Mário Gatti. Em 1997, tentou obter na Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica o título de especialista no ramo. "O pedido foi recusado por um motivo simples: ele não tinha feito residência médica em cirurgia plástica," lembra Farid Hakme, presidente da entidade na época. Em 2000, com a mudança da diretoria, Caron apresentou novo pedido. Outra vez sem sucesso. Ocorre que, nesse mesmo período, devido a um erro monumental, Caron obteve o registro de cirurgião plástico no Conselho Regional de Medicina de Goiás. De lá para cá, passou a atuar como tal em Goiânia. Anunciava seus serviços a preços populares num carro de som. Seu consultório lotava – e as mortes começaram.

- Em 23 de março de 2000, morreu Vera Lúcia Teodoro, 39 anos, depois de uma lipoaspiração no abdome.
- Em 14 de janeiro de 2001, faleceu a advogada Janete Figueiredo, 42 anos, após uma lipoescultura.
- Em 12 de março de 2001, a vítima foi a oficial de Justiça Flávia Rosa, 23 anos, que fez lipoaspiração.

A sucessão de mortes, aliada às 35 denúncias por erro médico contra Caron, começou a chamar atenção. E aí se descobriu o erro monumental. No início de 1999, Caron pediu ao CRM de Goiás o registro de cirurgião plástico dizendo que fizera estágio no Hospital Mário Gatti, de Campinas, entre 1994 e 1996. O conselho consultou a Comissão Nacional de Residência Médica, órgão vinculado ao Ministério da Educação, para saber se o hospital de Campinas era credenciado. Era. O órgão então deu o registro a Caron. Depois da notícia da terceira morte, o CRM voltou a consultar a Comissão de Residência Médica. Descobriu que, de

fato, o hospital de Campinas era reconhecido, mas isso só acontecera em 1999. Ou seja: quando Caron fez o estágio, entre 1994 e 1996, o hospital não era credenciado e, portanto, não habilitara Caron a trabalhar como especialista em plástica.

"O registro foi recusado: ele não tinha residência médica em cirurgia plástica."**Farid Hakme, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.**

No ano passado, já sob investigação, Caron assinou um compromisso com o CRM garantindo que não iria mais clinicar. Violando o acordo, mudou-se para Brasília e montou um consultório na cidade-satélite de Taguatinga. Foram mais duas mortes. Em 29 de janeiro passado, a secretária Adcélia de Souza, 38 anos, foi internada para fazer uma lipoescultura completa nos glúteos, barriga e culot, além de colocar próteses de silicone nos seios. Já nas primeiras intervenções na paciente, Caron fez perfurações profundas nas artérias, causando hemorragias internas. O mais grave é que perfurou a paciente logo abaixo da axila com a caneta da lipoaspiração. O médico atingiu a primeira vértebra de Adcélia e foi rasgando artérias que desembocam no coração. Dois litros de sangue escorreram direto para os pulmões da vítima. A equipe tentou reanimá-la por uma hora e 45 minutos. Adcélia já estava morta. "Mesmo assim levaram minha mulher para UTI, de onde ela só saiu às 18h45. Seguindo o laudo médico do IML, a morte aconteceu às 15h45", conta o companheiro de Adcélia. Marcelo Henrique Fernandez, um paramédico de 30 anos. "Caron fugiu imediatamente do hospital. Nem sequer deu uma satisfação à família", afirma. Na semana passada, foi a vez de a família de Graziela enfrentar o martírio.

O currículo macabro do doutor Caron revela um pouco do que está acontecendo no campo da cirurgia plástica estética no Brasil, ramo em que o país é recordista mundial. Há 3.500 cirurgões registrados na Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. O bom desse tipo de cirurgia fez com que muitos médicos se aventurassem pela área sem o título de especialista. Estima-se que cerca de 1.500 profissionais estejam fazendo cirurgias plásticas sem o devido preparo. Num contexto assim, erros são inevitáveis. Em números absolutos, a ginecologia e a obstetrícia lideram o ranking das denúncias de erro médico registradas no Conselho Federal de Medicina. Em seguida, vem a cirurgia plástica. "Como esses números são absolutos, certamente as cirurgias plásticas são campeãs de denúncias por erro médico", afirma a doutora Deila Barbosa Maia, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico. No ano passado, as queixas na área de ginecologia e obstetrícia somaram oitenta. Na de cirurgia plástica, 64. Tem-se de levar em conta, porém, que o número de ginecologistas e obstetras é muito maior que o de cirurgões plásticos – 22.000 contra 3.500. Ou seja, de cada 1.000 ginecologistas e obstetras, em média quatro forma vítimas de denúncia. Entre cirurgões plásticos, a proporção é muito mais alta, dezoito por 1.000.



RADIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

MÍDIA IMPRESSA

JORNAL

JORNAL DO BRASIL

DIA

37

fev/2002

CADERNO

12

PÁGINA

3

Juízes cobram promessas falsas de cirurgiões plásticos

Em 2001, queixas contra especialistas superaram registros de erro em partos

LUCIANO PIRES E
CYNTHIA GARDA

BRASÍLIA - O frenesi dos brasileiros pela cirurgia plástica pode causar uma corrida aos tribunais nos próximos anos. Mais de 350 mil operações do gênero foram realizadas no Brasil em 2001, segundo estimativas do médico Luiz Haroldo Pereira, coordenador científico da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica no Rio de Janeiro. Também em 2000, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo registrou uma mudança no padrão das queixas de erros médicos. O número de denúncias contra cirurgiões plásticos superou as notificações contra ginecologistas e obstetras, que perderam o pódio pela primeira vez em seis anos. No Rio, cirurgias plásticas são a segunda maior fonte de reclamações de pacientes.

Grande parte dos protestos é contra a propaganda de cirurgiões com promessas às vezes irrealizáveis. Nos Estados Unidos, 40% dos médicos já foram ou estão sendo processados. Especialistas em direito médico afirmam que os casos de insatisfação também devem aumentar por aqui. "No Brasil, assim como nos EUA, as ações partem de todos os lados", diz Antônio Moreira

Couto, advogado especializado em responsabilidade civil médica e hospitalar. A maneira de julgar, diz, também está mudando. "O Judiciário percebeu que há uma relação de consumo entre o médico e o paciente." No caso de cirurgias plásticas, a nova tendência é de que o médico seja obrigado a provar que não cometeu um erro quando o paciente não atinge o resultado prometido.

Mais de 140 mulheres em Mato Grosso do Sul reuniram-se em uma associação para exigir cirurgias reparadoras depois de plásticas com um único médico: Alberto Rondon Pacheco. O núme-

ro de vítimas do mesmo especialista traduz um retrato chocante dos erros protagonizados por médicos despreparados no País. A presidente da Associação de Vítimas de Erros Médicos do Rio de Janeiro, Célia Destri, diz que falta rigor nas entidades que têm responsabilidade por zelar pela qualidade desses profissionais. "Tudo depende de fiscalização", afirma. "No primeiro erro detectado, o conselho de medicina deveria investigar."

Aos olhos de quem deveria monitorar a atuação de médicos como o cirurgião plástico Marcelo Caron, pouco pode ser fei-

to. Caron foi preso na última quinta-feira, acusado da morte de duas pacientes em Brasília (leia reportagem nesta página). "Ninguém dá autorização para fazer o mal. Se as coisas aconteceram, a responsabilidade é toda dele", justifica Edson de Oliveira Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM). O CFM diz agora que não pretende sequer questionar o Conselho Regional de Goiás, responsável pela autorização dada a Caron para praticar a cirurgia plástica. No Estado, outras três pacientes operadas pelo médico morreram em menos de um ano. "Nada será feito até que o conselho regional tome a decisão sobre o caso", diz Edson Andrade.

O Ministério Público de Goiás se prepara para pressionar o conselho estadual. "Eles nos sonegaram informação no começo das investigações", acusa o promotor Vilanir Camapum. Os promotores querem passar um pente fino na entidade. "Vamos apurar indícios de improbidade administrativa. Os membros do conselho poderiam ter cassado o registro de Caron e não o fizeram", completa um promotor que cuida do caso. Em Goiás, pelo menos outras 25 ex-pacientes do médico recorreram à Justiça.

Proteja-se dos maus profissionais

Verifique se o cirurgião possui o certificado do Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado onde trabalha e se há processos ou queixas contra ele no órgão

Cheque a situação do médico junto a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCEP)

Não se deixe levar apenas pelo preço. Em cirurgia plástica, a regra do "bom e barato" pode não dar certo

Peça indicações a amigos e

parentes. Veja de perto os resultados e consulte médicos de sua confiança. A opinião de qualquer especialista é sempre positiva

Alguns dos problemas ocorrem por causa de anestésias. Procure saber detalhes da equipe que acompanhará a operação

O médico tem o dever de explicar ao paciente que o procedimento possui uma margem de erro. Dependendo do caso, isso pode alterar o resultado

Caso exemplar

BRASÍLIA - Erros médicos não são exatamente uma novidade na cirurgia plástica. Mas o caso recente do médico Denisio Marcelo Caron, preso quinta-feira, acusado da morte de Graciele Maria Oliveira e Adécia Martins de Sousa, alarmou pacientes, familiares e profissionais da

área. Para conseguir o título de especialista em cirurgia plástica, em 1999, bastou a Caron apresentar ao Conselho Regional de Medicina (CRM) de Goiás um certificado de dois anos de estágio (1994 a 1996) no hospital Mário Gatti, em Campinas,

São Paulo. Um médico precisa fazer dois anos de residência em qualquer especialidade e mais três anos em cirurgia plástica. O período do estágio, portanto, não poderia ter rendido o certificado de cirurgião a Caron.

Com o título concedido pelo CRM goiano, o médico

passou a operar no Estado. A primeira paciente a morrer após uma cirurgia coordenada por ele foi Vera Lúcia Toledo, 39 anos, em março de 2000. Em janeiro do ano seguinte, Janet Virgínia Novaes Figueiredo, 42 anos, também morreu, nove dias depois de

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Romero Jucá.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sr.^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2002

(Do Senador Pedro Simon)

Requer a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado Federal Nelson Marchezan.

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso III alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, dia 11 do corrente, no Rio Grande do Sul, do Deputado Federal Nelson Marchezan, com mensagens de condolências à sua família.

Justificação

O Brasil perdeu, dia 11 último, o Deputado Federal Nelson Marchezan, presidente do PSDB no Rio Grande do Sul. Nelson Marchezan estava com 63 anos. O ilustre parlamentar gaúcho descansava em seu sítio, no município de Pântano Grande (RS), distante pouco mais de 140 quilômetros de Porto Alegre, quando foi acometido de um infarto. Seus familiares, em vão, ainda tentaram salvá-lo, porém o Deputado faleceu logo após dar entrada no hospital municipal. Marchezan já tinha um histórico de problemas cardíacos. Deixou a esposa, Maria Helena Bolsou Marchezan, e cinco filhos.

Homem público de intensa atividade e coordenação política, teve presença marcante em momentos incisivos da vida pública nacional. Nelson teve um breve retrospecto de sua carreira bem retratada pelos meios de comunicação, cujos fatos mais marcantes tomo a liberdade de reenunciar:

“Marchezan começou no Partido Democrata Cristão (PDC), pelo qual foi eleito vereador em Santa Maria (RS), sua cidade natal, em 1959, aos 21 anos. Em 1965, migrou para a Aliança Renovadora Nacional (Arena) quando os militares instituíram o

bipartidarismo. Na volta do pluripartidarismo, em 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS).

Nelson Marchezan presidiu a Câmara dos Deputados entre 1981 e 1983. Na casa, foi também o último líder de um governo militar, o de João Figueiredo. Teve atuação decisiva na votação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta para presidente da República em novembro de 1984. Propôs ao governo que devolvesse algumas prerrogativas ao Congresso e que adiasse a eleição direta para 1989, o que acabou acontecendo.

Durante as negociações políticas do colégio eleitoral, trabalhou para eleger o então ministro do Interior, Mário Andreazza, como candidato do PDS. Acabou derrotado pelos partidários de Paulo Maluf que começavam a dominar o partido. Amigos seus dizem que, derrotado no PDS, foi sondado por emissários do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para ocupar a vaga de vice-presidente da chapa que a oposição apresentaria ao colégio eleitoral e que acabou sendo preenchida por José Sarney.

Na eleição estadual de 1986, candidatou-se a senador ainda pelo PDS, que já caminhava para a extinção. Derrotado por João Gilberto e José Fogaça, ambos do PMDB, concluiu seu mandato de deputado e retirou-se da política. Retomou a carreira da advogado do Banco do Brasil.

Voltou à vida pública três anos depois. Participou da campanha de Fernando Collor de Mello à Presidência da República. Embalado pelo então robusto Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – mas ainda filiado ao PDS –, candidatou-se ao governo do Rio Grande Sul em 1990, apoiado por partidos de direita (PDS/PRN/PFL/PL PSC). Foi derrotado por Alceu Collares, do PDT.

Agradecido pelo apoio, Fernando Collor o nomeou secretário nacional de Comunicação em abril de 1992. Ficou no cargo até setembro, quando o Congresso Nacional aprovou o pedido de impeachment contra o presidente. Naquele mês, Collor foi afastado e todos os seus auxiliares demitidos.

Elegeu-se deputado federal mais uma vez. Em 1994, filiou-se ao Partido Progressista Reformador (PPR), criado a partir da fusão do PDS com o PDC. Em 1995, contrário à fusão do PPR com o Partido Progressista (PP), que viria a formar o Partido Progressista Brasileiro (PPB), afastou-se dos antigos aliados. Entrou no PSDB em março de 1996.

Na Câmara, continuava sendo um parlamentar influente. Presidiu a CPI dos Medicamentos, em 1999, e elaborou a lei que instituiu o programa de garantia de renda mínima vinculada à educação, o Bolsa-Escola."

Por esta ligeira recapitulação, é imediato constatar a importância e a relevância de Nelson Marchezan na nossa história política recente. Cabe-nos o respeito à memória deste ilustre e honrado líder político gaúcho nacional.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2002. – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Nelson Marchezan.

a) Inserção em ata de Voto de Pesar: e

b) apresentação de condolências à família, ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Partido da Social Democracia Brasileira.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2002. – Senador **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os dois requerimentos que acabam de ser lidos dependerão de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Sr^{as} e os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Gerson Camata, e, logo em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, desejo me pronunciar sobre o requerimento, mas como o Senador Pedro Simon é o autor do mesmo, prefiro que S. Ex^a me anteceda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – De acordo com a permuta realizada, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza do meu Colega Camata. Apresentei este requerimento não apenas porque se trata da morte de um Parlamentar colega

nosso, mas pelos profundos laços que me ligam ao Deputado Nelson Marchezan.

Começamos a vida particularmente juntos na política. Em 1959, ele se elegia Vereador em Santa Maria e eu, Vereador em Caxias do Sul. Em 1962, ambos estávamos Deputados Estaduais na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ele, pelo Partido Democrata Cristão, e eu, pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Foi quando aconteceu o Movimento de 1964, que causou profundas perturbações na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: cassações, prisões, torturas, violência... E o Governo tinha um cuidado especial com o Rio Grande do Sul, porque os Drs. Brizola e Jango, os grandes participantes do Movimento de 1964, estavam exilados no Uruguai. Quando das eleições de 1966, extinguíram as eleições diretas e instituíram as indiretas; cassaram uma série de Deputados do PTB.

Eu era Líder da Bancada e fizemos, então, um acordo interpartidário, na época surpreendente. Fomos buscar o Paulo Brossard, velho inimigo de Brizola e do PTB, lá no Partido Libertador; Cândido Norberto, velho adversário, lá no MTR, e o Marchezan, lá no PDC. Junto com eles vieram uma série de Parlamentares, que fizeram com que apresentássemos a candidatura interpartidária do Dr. Cirne Lima.

Os revolucionários se reuniram e escolheram o Coronel Peracchi. Foi então que Marchezan, apesar de ter ficado ao lado da Revolução, teve a coragem de votar conosco e ficar ao lado de Cirne Lima. O que mais magoou o Coronel Walter Peracchi, Governador, foi que vieram novas levas de cassações para impedir que vencesse o Cirne Lima. E a Assembleia Legislativa, composta de 55 Deputados, estavam presentes 23, elegeu o Coronel Peracchi. Essa, a rigor, foi uma eleição não válida porque não havia o **quorum** mínimo. Eles insistiram dramaticamente para que o Marchezan estivesse presente e propiciasse o **quorum**, mas ele não esteve e não votou a favor de Peracchi.

Mais adiante, no Rio Grande do Sul, foi instalada uma CPI, a primeira no Brasil, provocada por um movimento de dentro da própria Ditadura, que ousou fazer a investigação sobre o célebre caso conhecido como o do sargento das mãos amarradas, que apareceu morto nas águas do rio Guaíba.

Nós fizemos a CPI e o Marchezan a integrou. Na hora da votação do parecer final, chegou-se à conclusão de que o culpado pelo assassinato do Sargento Manoel era o próprio chefe de polícia e o

peçoal do DOPS. O Governo enlouqueceu. Dependia do voto do Marchezan, que votou conosco, e o chefe de polícia de então foi condenado.

O Governador nunca o perdoou. Na eleição para a reeleição, em 1970, quando mais uma vez houve uma leva de cassações para impedir que novamente o MDB fosse Governo de Estado, mesmo na eleição indireta nós tínhamos feito ampla maioria, o Coronel Perachi massacróu Marchezan, cercou a área dele de candidatos e fez um movimento pelo qual os terroristas oficiais iam nas suas bases para dizer que não podiam votar nele. E ele não se elegeu. Fez um discurso de alta categoria e despediu-se da vida pública. Não foi mais para Santa Maria, sua terra natal, onde era funcionário do Banco do Brasil, e se apresentou como funcionário na agência de Porto Alegre, onde lhe deram um cargo de caixa. E lá estava ele.

De repente, surpreendendo a todos, é nomeado pela Revolução, pela Ditadura, Governador do Rio Grande do Sul o Coronel Euclides Triches, que também era Deputado Federal do PDC, Partido do Marchezan. No Rio Grande do Sul, quem dominava, quem tinha os quadros era o PSD do Tarso Dutra. Então Triches, eleito "Governador", na hora de organizar o seu governo, quis trazer alguns do PDC para dar um caráter diferente ao seu governo. Do Banco do Brasil trouxe o Marchezan e o nomeou Secretário do Trabalho, que teve uma excepcional atuação, tanto que dez anos depois era eleito Deputado Federal com imensa margem. Aqui, teve a vida que já todos conhecem: foi Presidente da Câmara e Líder do Governo. Todavia, há um fato que sou obrigado a salientar neste momento, pela sua importância e pelo seu significado: houve um momento da chamada aliança liberal entre nós do PMDB e alguns componentes do PDS, antiga Arena, que estava se consolidando. Do lado de cá, o candidato Tancredo Neves, com todas as condições de ganhar; do lado de lá, não se sabia quem. Quem gostaria de ser – e haveria de ser – era o Senador José Sarney, que não tinha a simpatia do Dr. Tancredo Neves, o qual buscava um candidato para fazer frente ao Sarney. Acontece que quase ninguém aceitava ou poucos aceitavam, porque não havia a certeza de que o movimento daria certo e de que não viriam dezenas de cassações. Havia um dispositivo da legislação que dizia: "Perde o mandato o parlamentar que se candidatar por partido diferente daquele que o elegeu". Disso se valiam os partidários do Senador Sarney.

Tancredo tinha dois candidatos: Marchezan e Marco Maciel. Tancredo e eu fomos falar com Marchezan. Tivemos uma longa conversa com ele, e sua resposta foi muito simples: "Não aceito, porque sou Líder do Governo e, no Governo, há várias alas, uma das quais do João Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil. E nós defendemos que seja respeitada a decisão do Colégio Eleitoral. Derrotamos a emenda das Diretas Já. Cercamos o Congresso Nacional pelas forças militares, para que não fosse aceita a emenda das Diretas Já, de Dante de Oliveira, que está praticamente aceita depois do movimento fantástico promovido pela mocidade e pela sociedade. Eu e o Chefe da Casa Civil, João Leitão de Abreu, dissemos ao General João Batista Figueiredo que tínhamos feito o que devíamos, mas o resultado do Colégio Eleitoral tinha que ser mantido. Porém há alguns candidatos como os aliados do Paulo Maluf e os do Mário Andreazza que, se não forem candidatos nossos, do PDS, almejam que se feche o Congresso Nacional novamente e se nomeie um outro Presidente. Por essa razão não posso aceitar; onde estou sirvo à causa da Democracia. Por isso, fico onde estou".

É muito importante que a História saiba que Marchezan poderia ter sido Vice-Presidente da República. Não o foi porque não quis. Marchezan teria sido Presidente da República. Continuou a sua trajetória e veio para o PSDB – o que acredito tenha sido um passo progressista na sua vida. Participou continuamente da vida pública e manteve de pé o seu caráter, a sua dignidade e a sua honestidade.

Eu e o Deputado Marchezan tivemos profundas divergências. Eu era do PTB e ele era do PDC; eu era do MDB e ele era da Arena; eu era do PMDB e ele era do PDS. Tivemos divergências como, por exemplo, quando ele foi contra as Diretas Já e não disse uma palavra ao Congresso Nacional, que foi cercado por forças militares. Mas essas são coisas que a mim não marcam. Ficou, sim, marcada a sua firmeza nas horas mais difíceis e mais dramáticas, quando Marchezan tomou a decisão a favor da verdade, da justiça, da democracia e do Brasil. É esse o ilustre homem público que perdemos. Perde o Rio Grande do Sul e perde o Brasil.

Por isso, trago aqui, com muito carinho e com muita tristeza, o meu voto de profundo respeito à memória de um grande homem público que foi o Deputado Nelson Marchezan.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, depois da palavra do ilustre Senador Pedro Simon, acredito que pouco tenha a acrescentar, mas não poderia calar-me.

Em 1975, comecei a conviver nesta Casa com Nelson Marchezan. S. Ex^a era um parlamentar jovem, vindo do Rio Grande do Sul, e sempre teve como característica do seu comportamento um valor sempre importante para mim: o cumprimento dos compromissos que assumia. Chegou a ser líder de governo. Era um Governo forte, militar, mas, em todas as votações – eu me recordo bem disso – em que ele assumia compromissos com a Oposição, cumpria-os. Ele não era um líder que se sujeitava ao Governo militar. Pelo contrário, muitas vezes, impunha a sua vontade.

No Governo Geisel, quem acompanhou o processo de abertura, que foi lento e gradual, sabe que a participação de Nelson Marchezan foi muito importante em vários episódios aqui. Vários colegas chegaram a ter a cabeça na guilhotina para serem cassados, mas Nelson Marchezan conseguiu retirar seus nomes da lista de cassação. Isso aconteceu com vários companheiros da época, graças ao esforço e às posições de Nelson Machezan aqui.

Acima de tudo, nós o conhecemos como um homem honesto, como o Senador Pedro Simon ressaltou. Perdida a eleição, ele voltou ao Banco do Brasil, onde voltou a trabalhar humildemente como caixa, servindo a instituição que ele prezava e que considerava como sua origem.

Ele tinha uma origem humilde. Era um homem do interior, de origem simples. Chegou a ser motorista na sua juventude e, crescendo, trabalhando, dentro das possibilidades que o regime democrático proporciona, com muita persistência, conseguiu ser Presidente da Câmara dos Deputados. Não quis ser Vice-Presidente da República, pois considerava que sua missão era outra.

Observando a sua trajetória, vemos milhares de crianças hoje recebendo a bolsa-escola, fruto de um projeto de Nelson Machezan, aprovado na Câmara dos Deputados e aqui, sancionado pelo Presidente da República.

No Brasil inteiro, essas crianças estão sendo beneficiadas pelos recursos da bolsa-escola. Certamente, isso se deve à atuação dinâmica e persistente do Deputado Nelson Marchezan em ver aprovado aquele seu projeto. De modo que apresentamos aos gaúchos os nossos pêsames, assim como ao PSDB e ao Brasil. Perdemos um Parlamentar sério, honesto, cumpridor dos seus deveres e dos compromissos que assumia.

Era o que queria dizer em nome do povo do Espírito Santo e em nome do povo do Amazonas, como me pede o Senador Bernardo Cabral, a acrescentar à ilustre biografia desse Parlamentar que o Brasil perdeu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em votação os requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados por unanimidade.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência apresenta, neste momento, à família do Deputado Nelson Marchezan e ao povo do Rio Grande do Sul, a sua mais inteira e irrestrita solidariedade pelo desaparecimento de um homem público invulgar, que teve uma carreira política impecável, jamais se envolvendo em atos que pudessem desabonar o seu passado e o passado do Rio Grande do Sul.

A Presidência, que acompanhou de perto os trabalhos realizados no ano retrasado, tanto na Câmara como no Senado, para aprovação da emenda que criava o fundo da saúde, da qual fui Relator, presenciou o esforço denodado, sincero, correto, denotando uma preocupação com o social do Deputado Nelson Marchezan, que emprestou o melhor de seus esforços, na Câmara dos Deputados, para que a proposição que assegura recursos certos e determinados em favor da saúde fosse aprovada, como de fato o foi, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Faço esse registro como dever de justiça, em favor da memória de um homem público que honrou a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional e o povo do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2001 (nº 5.178/2001, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado" o aeroporto localizado na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, tendo

Parecer sob nº 1.414, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, de redação, que apresenta.

– 2 –

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 1996

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1996, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.491, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bello Parga.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2001 (nº 663/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Itapoã – ACCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.258, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2001 (nº 289/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.203, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 5 –

REQUERIMENTO Nº 740, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 740, de 2001, do Senador Waldeck Ornelas, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Emenda nº 1-Plen, de sua autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001.

– 6 –

REQUERIMENTO Nº 769, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 769, de 2001, do Senador Geraldo Melo, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2001 (nº 4.229/98, na Casa de origem), cujo prazo já se encontra esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Nos termos do art. 220 do Regimento Interno, levanto a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 9 minutos.)

(OS 10467/2002)

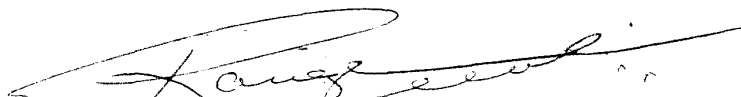
ATO DO PRESIDENTE**Nº 001 , DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, tendo em vista o constante do Processo nº 018164/01-3,

RESOLVE:

designar, o Servidor **JOBERTO MATTOS DE SANT'ANNA, 3723**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete da Liderança do PTB, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do PTB, com efeitos financeiros a partir de 21 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 002, DE 2002

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

CONSIDERANDO a relevante contribuição do Senado Federal no processo de democratização e consolidação política do Brasil, como instituição representativa para onde convergem os legítimos anseios e interesses dos Estados-membros que constituem a República Federativa Brasileira;

CONSIDERANDO a importância de resgatar da história o papel político importantíssimo que o Senado Federal desempenhou, e desempenha, ao longo de cento e onze anos;

CONSIDERANDO a necessidade de apresentar à sociedade a contribuição histórica, os momentos e a realidade do Senado Federal;

RESOLVE:

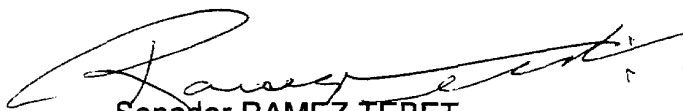
Art. 1º. Instituir Comissão Especial com a incumbência de propor, planejar, orientar, coordenar e supervisionar a implementação de atividades comemorativas aos cento e onze anos do Senado Federal na República Federativa Brasileira.

Art. 2º. A Comissão será integrada pelo Diretor-Geral do Senado Federal, que a presidirá, e pelos titulares do Instituto Legislativo Brasileiro, da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria de Comunicação Social, da Consultoria Legislativa, da Subsecretaria de Biblioteca, da Subsecretaria de Arquivo, da Subsecretaria de Relações Públicas, como membros.

Art. 3º. Para consecução de seus objetivos, a Comissão poderá designar Grupos de Trabalho Executivo e subcomissões que se fizerem necessários.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.


Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE**Nº 003 , DE 2001**

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE :

designar o servidor **JOSE ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, Analista Legislativo, matrícula 2247, para substituir o Diretor da Subsecretaria de Apoio Técnico, símbolo FC-08, da Secretaria Especial de Editoração Publicações, em seus eventuais impedimentos.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE**Nº 004 , DE 2001**

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE :

designar o servidor **SEBASTIÃO DA SILVA AZEVEDO**, Analista Legislativo, matrícula 945, para substituir o Diretor da Subsecretaria Industrial, símbolo FC-08, da Secretaria Especial de Editoração Publicações, em seus impedimentos eventuais.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.



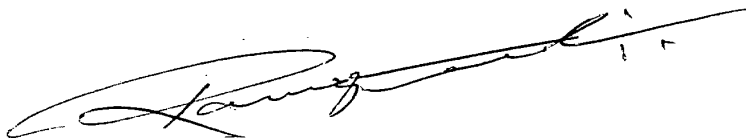
Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE**N.º 005, DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000483/02-8,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA OLIMPIA J. DE ALMEIDA, matrícula 4708, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo; da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Lauro Campos, com efeitos financeiros a partir de 17 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.



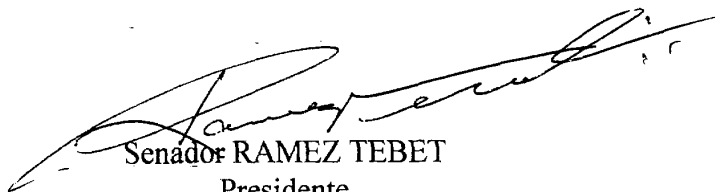
Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE**N.º 006, DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000484/02-4,

RESOLVE designar o servidor ANTÔNIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO, matrícula 4224, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Lauro Campos, com efeitos financeiros a partir 17 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 007, DE 2002

“Dispõe sobre o Cronograma Financeiro Mensal do Senado Federal e seus Órgãos Supervisionados.”

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 72 da Lei nº 10.266, de 24-07-2001, RESOLVE:

Art. 1º - O desembolso financeiro mensal do Senado Federal e de seus Órgãos Supervisionados com Pessoal Ativo/Inativo Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e de Investimentos, constante da Lei nº 10.407, de 10-01-2002, observará os valores fixados no quadro anexo.

Parágrafo único - Excluem-se do duodécimo os gastos decorrentes de Convocação Extraordinária, ajuda de custo a Parlamentares, referente ao início e ao final de Sessão Legislativa, precatórios, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e indenizações por demissões.

Art. 2º - Os Fundos Especiais de que trata o Decreto Legislativo nº 27, de 14-09-1990, serão custeados nos limites de suas respectivas arrecadações.

Art. 3º - Os Créditos Adicionais abertos em favor dos Grupos de Despesa relacionados no artigo 1º terão seus valores incorporados no referido anexo, na proporção do número de meses que faltarem para o encerramento do corrente exercício financeiro.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, em 31 de janeiro de 2002.



Senador EDISON LOBÃO
Presidente em exercício

ATO DO PRESIDENTE
Nº 008 , DE 2002

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe conferem as normas regimentais e regulamentares,

DECIDE:

DESIGNAR o Servidor JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO, mat. 5333 , para exercer, a partir desta data, a função comissionada de Advogado-Geral Adjunto, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Brasília, 15 de fevereiro de 2002.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 009 , DE 2002

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe conferem as normas regimentais e regulamentares,

DECIDE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor ASAEL SOUZA, mat. 5328, da função comissionada de Advogado-Geral Adjunto, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Brasília, 15 de fevereiro de 2002.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 001 /2002

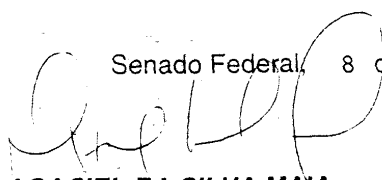
O **Diretor-Geral do Senado Federal**, no exercício de suas atribuições regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial para licitação do processo nº 014458/00-3, conforme autorização do Primeiro-Secretário, com os seguintes Servidores: Aloysio Novais Teixeira, mat. 3727, na qualidade de Presidente; Rodrigo Cagiano Barbosa, mat. 4678; Carlos Eduardo Rodrigues Cruz, mat. 5093; Olivan Duarte de Almeida, mat. 5330; José Alexandre Lima Gazineo, mat. 5333, Luciano Freitas de Oliveira, mat. 3245; e Pedro Augusto Cavalcanti D'Albuquerque, mat. 1678, na qualidade de membros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

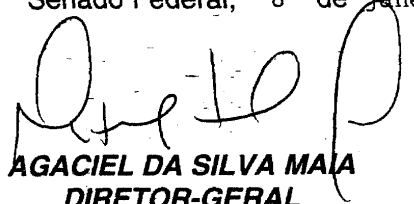
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 002 , DE 2002

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar até 30 abril de 2002, o prazo para continuidade dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 021/99-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Senado Federal, 8 de janeiro 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**N.º 003 DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução n.º 09, de 1997, que altera Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

Designar os servidores Leila Silva, matrícula n.º 4072, Paula Gonçalves Calhau, requisitada do MEC, José Antônio Tavares de Oliveira, matrícula n.º 1797, Heine Oliveira Lima, matrícula 3924-SEEP, Inês Sampaio Pacheco, matrícula 4626, e Celice Leite Martinez Fernandez, matrícula 5130, para, sob a presidência da primeira e nos seus impedimentos, da segunda, comporem a Comissão Especial destinada a prestar informações sobre peças e documentos históricos do Museu do Senado aos visitantes, desenvolver atividades nos eventos culturais promovidos pelo Museu e divulgar o Museu Virtual, a partir de 1º de fevereiro de 2002 e até 30 de abril de 2002.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

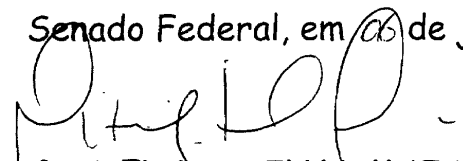
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 004, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar por 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº 143, de 2001.

Senado Federal, em 06 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 005, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

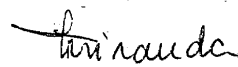
RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial incumbida de promover, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o inventário físico-financeiro dos Almojarifados do Senado Federal, relativo ao exercício de 2001.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial de trabalho os servidores: JOSÉ DE RIBAMAR CIPRIANO DA SILVA, matrícula 5314, na qualidade de Presidente, e ZANETH NAZARÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO, matrícula 5312, ALOÍSIO JOÃO PAULO, matrícula 2329, ANTÔNIO LISBOA RIBEIRO BONFIM, matrícula 4927, EDVAL FERREIRA SILVA, matrícula 4282, DULCE DE FREITAS HORTELÃO, matrícula 1619, MÁRIO CÉSAR P. MAIA, matrícula 0956 e CLÁUDIO DE AZEVEDO SILVA, matrícula 4096, na qualidade de Membros.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BSB/SF/DGER, em 04 janeiro de 2002


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor - Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 006 , DE 2002**

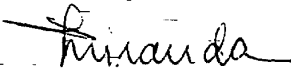
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos Comissão Especial instituída pelo Portaria nº 144/2001-DGER.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 18 de janeiro 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ **DIRETOR-GERAL**

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 007 DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atividades regimentais e regulamentares, **RESOLVE**: Instituir Comissão Especial para o planejamento e o acompanhamento da realização do inventário dos bens permanentes do Senado Federal, Residências Oficiais e Órgãos Supervisionados, a ser realizado durante o exercício de 2002.

Art. 1º - A Comissão Especial será presidida pelo servidor Luis Ignacio Moreno Fernandez, matrícula 3941, e possuir a composição mínima de: 01 membro da SSAMP, 01 membro da SCINT, 01 membro da SSAFIN, 01 membro do Prodasen, 01 membro da SEEP e 01 membro do ILB.

Art. 2º - O Presidente da Comissão Especial nomeará 10 membros e um secretário para a realização dos trabalhos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 30 de janeiro de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

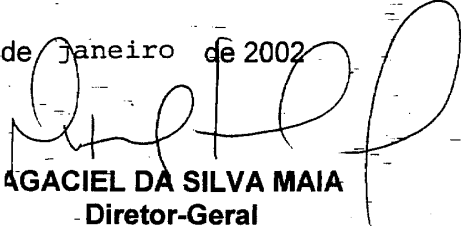
**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 008, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 320, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Prorrogar até 31 de janeiro de 2002, os trabalhos da Comissão Especial instituída pelo Ato nº 911, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2002

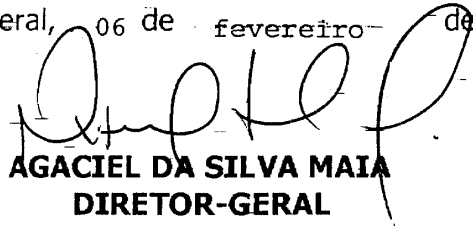


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 009 , de 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE** prorrogar, até 30 de junho de 2002, os trabalhos da Comissão Especial instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 2090/1998 e alterada pelos Atos do Diretor-Geral nºs 1689/1999, 2050/1999 e 193/2000.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

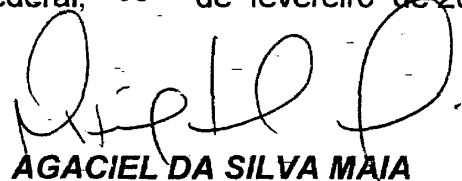
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 010 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 066, de 2001, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 08 de fevereiro de 2002.

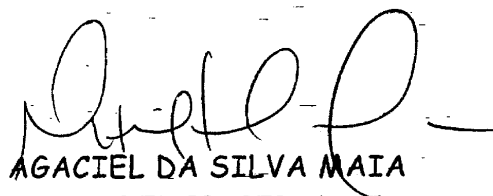


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 011 DE 2002.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atividades regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento administrativo do Senado Federal, RESOLVE prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 007, de 2001, do Diretor-Geral.

Brasília, 08 de fevereiro de 2002.



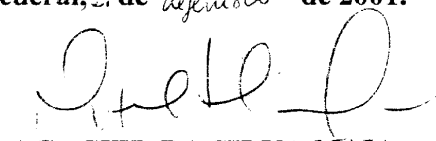
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

APOSTILA

ATO DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL Nº 2.869, DE 1997. QUE APOSENTOU O SERVIDOR PAULO CESAR CARVALHO GOMES.

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir o artigo 190, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, 21 de dezembro de 2001.



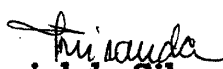
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ato nº **1411/98**, do Diretor-Geral do Senado Federal, que aposentou o servidor **JOSÉ JOAQUIM PEREIRA DA SILVA**

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir o *art. 190, da lei nº 8.112, de 1990.*

Senado Federal, em


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2302 , DE 2001

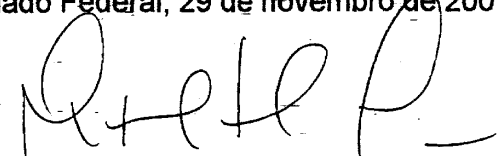
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ADRIANO BEZERRA DE FARIA**, matrícula nº 2438 e **FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS**, matrícula nº 4247, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011595/01-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2423 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017558/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **LOURDES MARIA VIEIRA GOMES CARNEIRO**, matrícula 3064, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Produção do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 11 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 21 de dezembro de 2001.



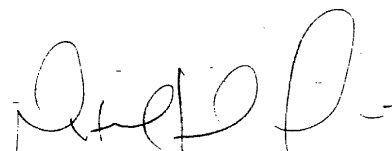
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º. 2424 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017137/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor **MARCOS CASTELO BRANCO COUTINHO**, matrícula 1416, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Produção da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 03 de dezembro de 2001, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 21 de dezembro de 2001.



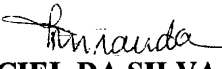
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2425 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017619/01-7,

RESOLVE dispensar o servidor LEIFE GONÇALVES MONTALVÃO, matrícula 5446, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de novembro de 2001, e lotá-lo na Subsecretaria Técnica de Eletrônica a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001

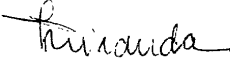

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2426, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017615/01-1,

RESOLVE dispensar a servidora ADRIANE ALVES AGUILERAS, matrícula 4252, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de novembro de 2001, e lotá-la na Subsecretaria Técnica de Eletrônica a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2427, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017620/01-5,

RESOLVE dispensar a servidora **ROSIENE DE OLIVEIRA ROCHA GOMES**, matrícula 3375, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Robison Viana, com efeitos financeiros a partir de 01 de dezembro de 2001, e lotá-la no Gabinete da Presidência do Senado Federal a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2428, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017621/01-1,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ VALDO CAMPELO JÚNIOR**, matrícula 5466, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de novembro de 2001, e lotá-lo na Subsecretaria Técnica de Eletrônica a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.



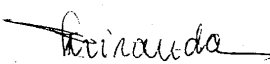
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2429 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017617/01-4,

RESOLVE dispensar a servidora ELISABETH HENRIQUE DA SILVA, matrícula 4245, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de novembro de 2001, e lotá-la na Subsecretaria Técnica de Eletrônica a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.

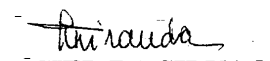

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2430, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017616/01-8,

RESOLVE dispensar o servidor FREDERICO ARTHUR CORDEIRO CARNEIRO, matrícula 4244, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de novembro de 2001, e lotá-lo na Subsecretaria Técnica de Eletrônica a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.

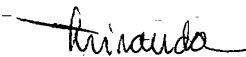

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2431, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 017618/01-0,

RESOLVE dispensar o servidor **EDUARDO ZEFREDO GAUCHE**, matrícula 5117, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de novembro de 2001, e lotá-lo na Subsecretaria Técnica de Eletrônica a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.

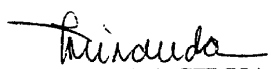

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2432, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 017264/01-4,

RESOLVE dispensar a servidora **JULIA MARTINS DE PAULA**, matrícula 4275, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência á Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Comissões, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 17 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.

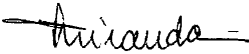

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2433 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017808/01-4,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS ALBERTO CORRÊA**, matrícula 2544, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 17 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.

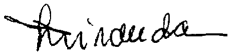

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2434 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017262/01-1,

RESOLVE dispensar o servidor **VENERANDO PEREIRA LEMOS**, matrícula 2126, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 17 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2435 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 001490/00-1,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/2 (um meio) de pensão temporária concedida a BRUNA FERRAZ SOUZA, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para SHEILA MARTHA FERRAZ SOUZA, na condição de cônjuge, alterando a cota da pensão vitalícia concedida pelo Ato do Diretor-Geral n.º 586, de 2001, publicado no DSF do dia 05/04/2001, da proporção de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro), dos proventos que perezia o ex-servidor KLEBER SOUZA, matrícula 00735, a partir da data da maioridade, 31/01/2002.

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.

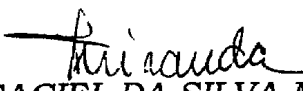
**AGACIEL DA SILVA MAIA***Diretor-Geral*

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2436, de 2001*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos SF n.ºs 007883/98-6 e 008257/98-1,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/4 (um quarto) da pensão temporária concedida a GONÇALO DE MELO ARAÚJO FARIAS JÚNIOR, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA JÚLIA PARENTE FARIAS, na condição de filha inválida, alterando a cota de 1/4 (um quarto) para 1/2 (um meio) da pensão temporária e manter a pensão vitalícia concedida a ADSONIA CORRÊA FARIAS, na qualidade de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio), concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 590, de 2001, publicado no DSF do dia 05/04/2001, dos proventos que percebia o ex-servidor GONÇALO DE MELO ARAÚJO FARIAS, matrícula 00364, a partir da data da maioridade, 03/01/2002.

Senado Federal, 26 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2437 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos SF n.ºs 003399/98-2, 003398/98-6 e 003364/98-4,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 2/20 (dois vinte avos) da pensão temporária concedida a JOSÉ SLAIB NETO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para LUIZ MARIANO SLAIB, JOYCE FERREIRA SLAIB, JESSICA FERREIRA SLAIB e DANIEL SLAIB, na condição de filhos menores, alterando as cotas de 2/20 (dois vinte avos) para 2/16 (dois dezesseis avos) da pensão temporária e manter a pensão vitalícia concedida a TEREZA CRISTINA SLAIB, na qualidade de ex-esposa pensionada e HILDENER FERREIRA DA SILVA, na qualidade de companheira, na proporção de 4/16 (quatro dezesseis avos) para cada uma, conforme Título Concessório de 08/04/1998, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ MAURÍCIO SLAIB, matrícula 75587, a partir da data da maioridade, 14/01/2002.

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

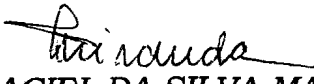
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2438 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 009555/93-5,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/6 (um sexto) da pensão temporária concedida a JAIME RAMOS DE ALMEIDA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para CLEYTON RAMOS DE ALMEIDA e ELISANGELA RAMOS DE ALMEIDA, na condição de filhos menores, alterando as cotas da pensão temporária de 1/6 (um sexto) para 1/4 (um quarto) para cada, e manter a pensão vitalícia concedida a EVA MARIA RAMOS, na qualidade companheira, na proporção de 2/4 (dois quartos), conforme Título Concessório de 03/12/1993, da remuneração que percebia o ex-servidor JOSÉ PEDRO DE ALMEIDA, matrícula 75380, a partir da data da maioridade, 21/01/2002.

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

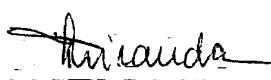
p | Diretor-Geral

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2439 , de 2001*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 015206/93-9,

- RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/2 (um meio) de pensão temporária concedida a RENATA DA SILVA RAMOS, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei-8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA DE LOURDES DA SILVA RAMOS, na condição de cônjuge, alterando a cota da pensão vitalícia concedida pelo Título Concessório, de 23/08/1993, da proporção de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro), da remuneração que percebia o ex-servidor JOSÉ ROBERTO RAMOS, matrícula 75049, a partir da data da maioridade, 22/01/2002.

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.

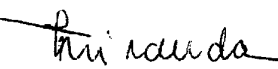

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2440 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **007.996/91-8**,-

RESOLVE alterar o Ato nº 574/1991, para manter aposentado por invalidez, com proventos integrais, o servidor **LEONARDO GOMES DE CARVALHO LEITE NETO**, Consultor Legislativo, Nível III, Padrão 45, nos termos do art. 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c o art. 190, da Lei nº 8.112, de 1990, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei por *Lauda Médico* expedido pela **Junta Médica do Senado Federal**, a partir de 21 de novembro de 2001, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

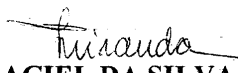

AGACIEL DA SILVA MAIA
f) **Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2441 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018.152/01-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCUS ANTÔNIO COSTA LAGO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Freitas Neto.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.-


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2442 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **18.167/01-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERONICA CUNHA ATAÍDE DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.-

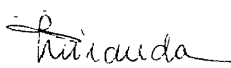

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2443 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017857/01-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TEREZINHA MOURÃO DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nabor Junior.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

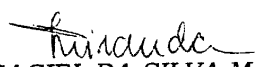

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2444 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 017883/01-6,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão temporária a REGIS GERALDO GUIMARÃES JUNIOR e RAYANNE DO VALE GUIMARÃES, na condição de filhos menores, na proporção de 1/2 (um meio) para cada, dos proventos que percebia a ex-servidora MARIA LÚCIA DO VALE COELHO, matrícula 04451, a partir data do óbito, 13/12/2001 .

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.

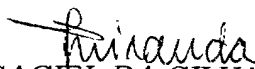

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2445 , de 2001*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013705/01-6,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, e, considerando a retificação da certidão de óbito do ex-servidor para fazer constar a não existência de filhos, integralizar a pensão vitalícia de NOEMIA SAMPAIO GOMES, na condição de cônjuge, da proporção de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o servidor aposentado RUBEM DA CUNHA GOMES, matrícula 00099, a partir data do óbito, 14/09/2001.

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

h Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2446 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL ~~em~~ no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processos SF n.ºs 014765-01-2 e 015077/01-2,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/12 (um doze avos) da pensão temporária concedida a MONICA EMILIA VILLANOVA WENSING, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para INGRID DE ALENCAR WENSING, NARDY DE ALENCAR WENSING, AMAURI DE ALENCAR WENSING, KARINE DE ALENCAR WENSING e NADIA CRISTINE VILLANOVA WENSING, na condição de filhos menores, alterando as cotas da pensão temporária de 1/12 (um doze avos) para 2/20 (dois vinte avos) para cada um, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA ELIZETE DE ALENCAR, na qualidade companheira, na proporção de 5/20 (cinco vinte avos), ficando a reserva de uma cota de 5/20 (cinco vinte avos), inominada, conforme Ato do Diretor-Geral n.º 2148, de 2001, publicado no DSF do dia 07/11/2001, dos proventos que percebia o ex-servidor NARDI WENSING, matrícula 02401, a partir da data da maioridade, 26/01/2002.

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

pⁱ Diretor-Geral

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2447 , de 2001*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos SF n.º 007.903/00-6,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/8 (um oitavo) da pensão temporária concedida a ADRIANA SANTOS CREPALDI, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para ALEXANDRE SANTOS CREPALDI, JESSICA SANTOS CREPALDI e PRISCILLA SANTOS CREPALDI, na condição de filhos menores, alterando as cotas de 1/8 (um oitavo) para 1/6 (um sexto) da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA DA PAZ SANTOS CREPALDI, na qualidade de cônjuge, na proporção de 3/6 (três sextos), concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 668, de 2000, publicado no DSF do dia 21/06/2000, dos proventos que percebia o ex-servidor HUGO ANTONIO CREPALDI, matrícula 00591, a partir da data da maioridade, 20/01/2002.

Senado Federal, 28 de dezembro de 2001.

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA

p.º Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2448, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17.928/01-0,

R E S O L V E exonerar **VERA INOJOSA QUINTELLA JUCÁ**, matrícula n.º 32.208, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

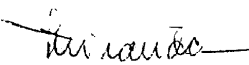

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2449, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 18.153/01-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DJAMILTON MARQUES DE MELO JÚNIOR**, matrícula n.º 32204, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

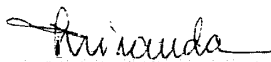

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2450 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 18.153/01-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ALVES NOBREGA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

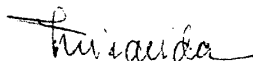
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2451 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.055/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES CHAVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Freire.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

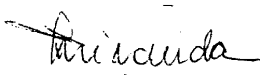
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2452, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018.054/01-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIO CARRALY ARAUJO MENEZES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Freire.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

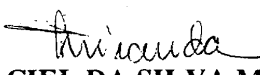

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2453, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018.056/01-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JACINTA DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Freire.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

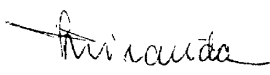

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2454 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.087/01-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JORCENE JOSÉ MARTINEZ**, matrícula n.º 32043, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Moreira Mendes.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.

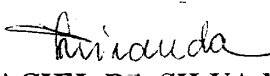

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2455, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.091/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO SADECK SOARES RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Moreira Mendes.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2456, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **17.929/01-6**,

R E S O L V E tomar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1992, de 2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2422, de 15/10/2001, que nomeou **MARIA DE FÁTIMA GONZAGA DE ALMEIDA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 28 de dezembro de 2001.



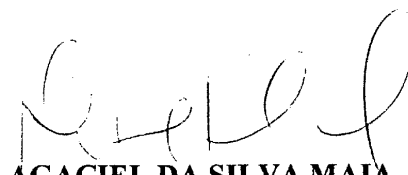
AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 001 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018164/01-3,

RESOLVE dispensar o servidor **JOBERTO MATTOS DE SANT'ANNA**, matrícula 3723, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Carlos Patrocínio, com efeitos financeiros a partir de 21 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



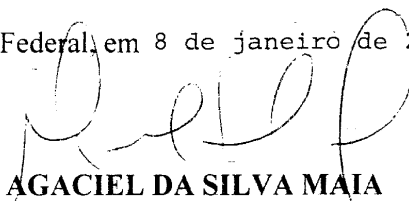
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 002 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 18251/01-3 e 18252/01-0,

R E S O L V E exonerar **SILKYA LARA SIQUEIRA DE ABREU LIMA**, matrícula n.º 31696, do cargo de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Liderança do PSDB e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



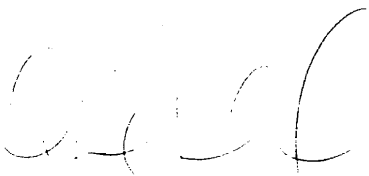
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 003 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 018238/01-7,

RESOLVE dispensar o servidor MOISÉS BALDOÍNO DE BARROS NETO, matrícula 3321, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Jefferson Peres, com efeitos financeiros a partir de 27 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 004 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 018256/01-5,

RESOLVE dispensar o servidor WHILDAKER CAMPOS DE ABREU, matrícula 4174, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 28 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



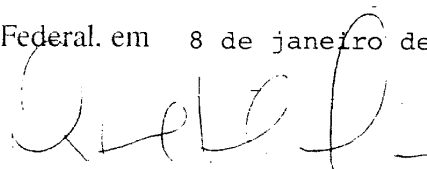
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 005 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **00029/02-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO DO NASCIMENTO CARVALHO PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

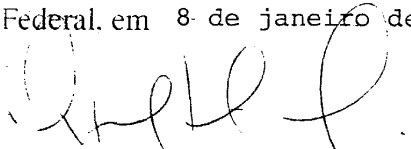
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 006 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000030/02-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **WANDER ANTONIO CORDEIRO NEVES**, matrícula n.º 31.706, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 007 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000035/02-5,

RESOLVE designar a servidora BEATRIZ HELENA CALDEIRA DA SILVA, matrícula 5210, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Administração Financeira, com efeitos financeiros a partir de 03 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 008 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000034/02-9,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO RAIMUNDO A. SILVA, matrícula 1936, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Administração Financeira, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 03 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



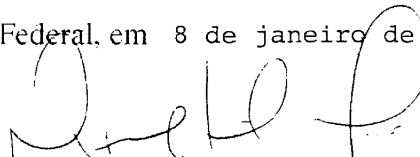
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 009 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000036/02-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO BATISTA CAMPOS VILLAS BOAS**, matrícula n.º 31.365, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 02 de janeiro de 2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



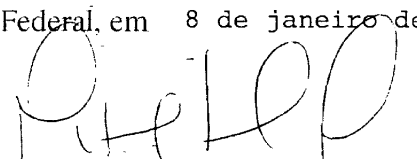
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 010 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **00037/02-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RUBIM NESTOR BENDER** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 011 , DE 2002**

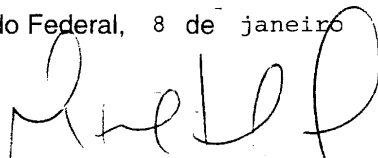
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS, matrícula nº 4247 e JORGE MARTINS VILLAS BOAS, matrícula nº 4213, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018117/01-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 012 , DE 2002**

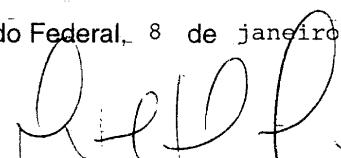
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Luiz Antonio Torres de Carvalho, matrícula nº 5006 e David Ferreira Lopes, matrícula nº 5459, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000089/02-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 013 , DE 2002**

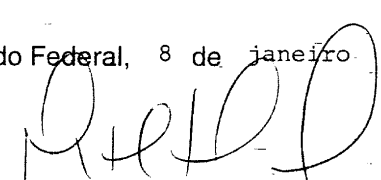
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Luiz Antonio Tórees de Carvalho, matrícula nº 5006 e David Ferreira Lopes, matrícula nº 5459, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000019/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 014 , DE 2002**

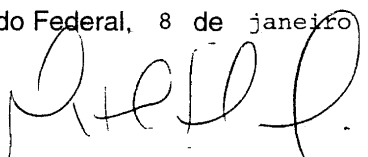
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Luiz Antonio Torres de Carvalho, matrícula nº 5006 e David Ferreira Lopes, matrícula nº 5459, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000088/02-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de janeiro de 2002.



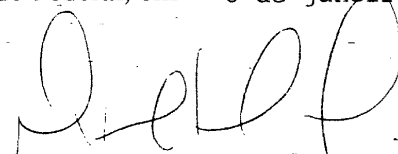
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 015 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000154/02-4,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990; **JOSÉ OVÍDIO DE OLIVEIRA BONA**, matrícula n.º 30894, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete da Liderança do PFL a partir de 07/01/2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



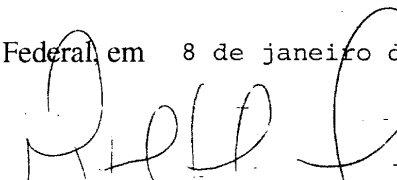
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 016 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000159/02-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADILSON RODRIGUES DA NÓBREGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lúcio Alcântara.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



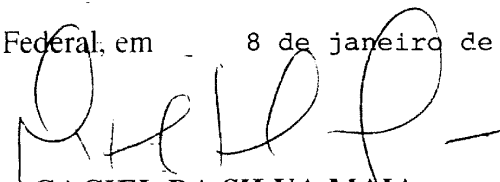
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 017 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 18.259/01-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**, matrícula n.º 31544, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Roberto Requião, a partir de 01 de janeiro de 2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



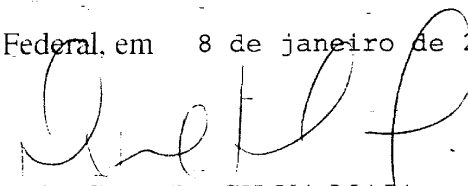
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 018 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018259/01-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCIA ELISABETH DE MELLO E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Requião.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



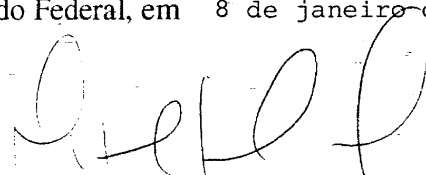
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 019 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000156/02-7,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **IGOR FIGUEIREDO CARNEIRO** , matrícula n.º 32045, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PFL a partir de 07/01/2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

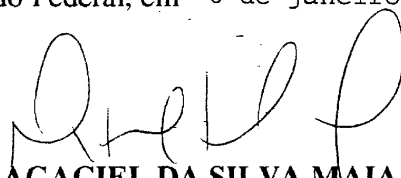
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 020 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000155/02-0,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DE FÁTIMA FACCHINETTI DE ALMENDRA FREITAS**, matrícula n.º 30642, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PFL a partir de 07/01/2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

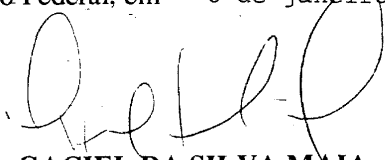
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 021 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000151/02-5.

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WASHINGTON FRANCISCO RAULINO JÚNIOR**, matrícula n.º 31982, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PFL a partir de 07/01/2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



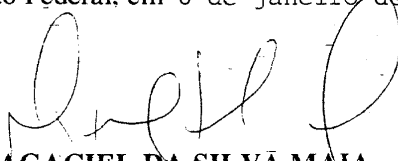
GACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 022 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000152/02-1,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HORÁCIO MOURA DE ALCÂNTARA**, matrícula n.º 31857, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PFL a partir de 07/01/2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



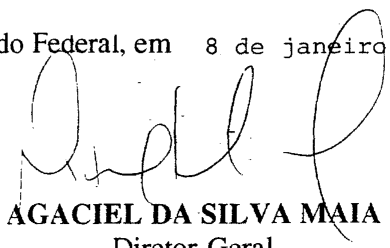
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 023 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000153/02-8,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCA MARIA DIAS FROTA ROCHA**, matrícula n.º 31415, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PFL a partir de 07/01/2002.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 24 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor **EDGAR SÉRGIO DE SOUZA COÁTIO**, matrícula 5000, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 3 – Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal. Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 02 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 25 , DE 2002 -

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora MARIA SÔNIA TEIXEIRA PINHEIRO, matrícula 3335, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, com efeitos financeiros a partir de 02 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



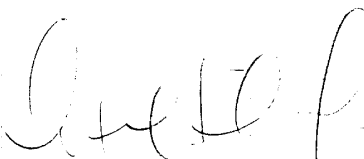
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 26, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora VERA LÚCIA MIRANDA LEITE, matrícula 4277, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe do Serviço de Pagamento de Pensionistas da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



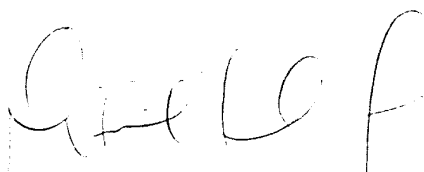
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 27 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora IRENE FAGUNDES SILVA, matrícula 4191, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe do Serviço de Cadastro Parlamentar da Subsecretaria de Pessoal Ativo, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



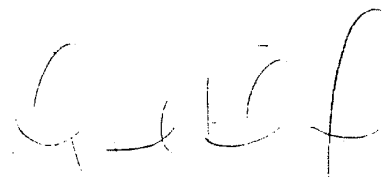
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 28 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora WÂNIA MARIA FIUZA TEIXEIRA CAPUTO, matrícula 2819, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe do Serviço de Direitos e Deveres da Subsecretaria de Pessoal Ativo, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



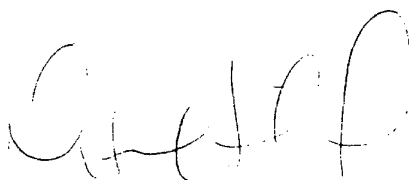
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.29 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora IVETE LEMOS ANDRADE, matrícula 5089, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Administração, para substituir o Chefe do Serviço de Pagamento de Inativos da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 30, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora MARIA DO SOCORRO ARAÚJO DE AGUIAR BASTOS, matrícula 5147, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe do Serviço de Administração de Cargos e Funções da Subsecretaria de Pessoal Ativo, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 31, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997;

RESOLVE designar o servidor MÁRIO SOLON RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 4148, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe de Gabinete Administrativo da Secretaria de Recursos Humanos, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 32, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997;

RESOLVE designar o servidor JORGE ANTÔNIO ALVES DA SILVA, matrícula 4607, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe do Serviço de Concessão de Pensões da Subsecretaria de Pessoal-Inativo, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



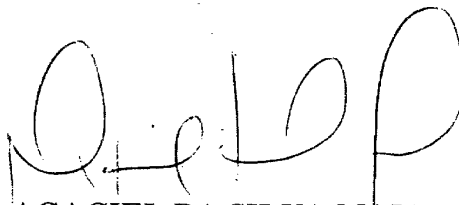
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 33 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ ROCHA FILHO, matrícula 2581, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 16 de março de 2001.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.

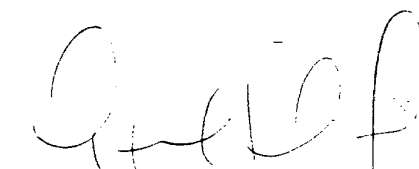

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 34, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor VALDIR PEREIRA DE VASCONCELOS, matrícula 4795, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para substituir o Chefe do Serviço de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Recursos Humanos, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.

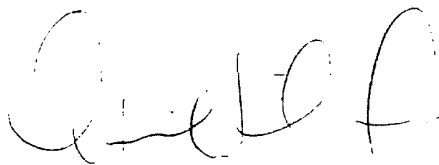

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 35, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, matrícula 5011, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Administração, para substituir o Chefe do Serviço de Apoio Técnico da Secretaria de Recursos Humanos, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



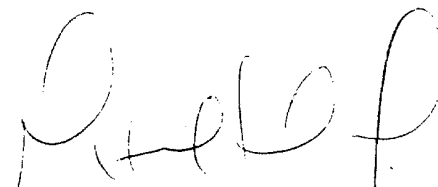
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 36, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor MANOEL EUZÉBIO RIBEIRO, matrícula 5211, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Administração, para substituir o Chefe do Serviço de Aposentadoria de Servidores da Subsecretaria de Pessoal Inativo, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



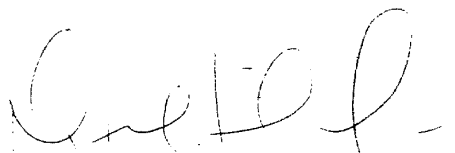
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 37, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor ALVIMAR ALVES DE SOUSA, matrícula 2591, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe do Serviço de Pagamento de Pessoal Ativo da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



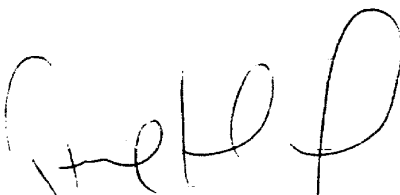
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 38, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora ABADIA DE FÁTIMA TEIXEIRA, matrícula 3851, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria do Sistema Integrado de Saúde, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Expediente, com vigência no período de 1º. a 31 de dezembro de 2001.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

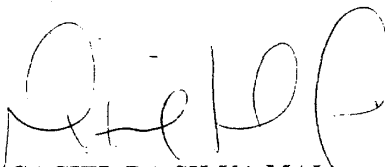
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 039 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE:

Designar o servidor ISMAIL PEREIRA DA SILVA, matrícula 4450, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe do Serviço de Pagamento de Parlamentares da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



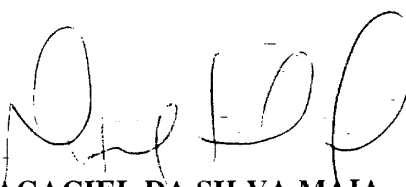
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 40 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora LOIDE DE MELO FARIA, matrícula 5129, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com vigência no período de 26 de março a 15 de agosto de 2001.

Senado Federal, 9 de janeiro de 2002.



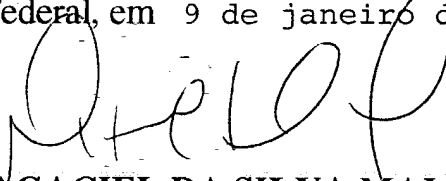
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 041, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000171/02-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAURA MARIA BELLO DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Bello Parga.

Senado Federal, em 9 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

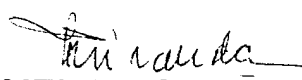
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 042, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016.166/01-9,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2216, de 2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2445, de 20/11/2001, que nomeou **DAVID LOPES DA SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira-Secretaria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 10 de janeiro de 2002.

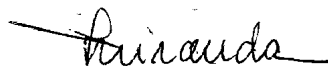

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 043 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000266/02-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DAVID LOPES DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 044 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016066/01-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2212, de 2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2444, de 16/11/2001, que nomeou **RÉGIS ARNOLDO FERRETI**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Pedro Simon, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 10 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

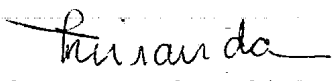
81 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 045, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000209/02-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DJANIRA DOS REIS OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Freitas Neto.

Senado Federal, em 10 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Pl Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 046, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000127/02-7.

RESOLVE designar o servidor **ANTONIO AUGUSTO ARAUJO DA CUNHA**, matrícula 0271, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informatica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Informação e Documentação, com efeitos financeiros a partir de 07 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 10 de janeiro de 2002.

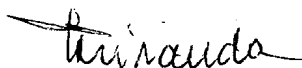
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 047 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000179/02-7,

RESOLVE dispensar a servidora THERESA CATHARINA DE GOES CAMPOS, matrícula 5182, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Informação e Documentação, com efeitos financeiros a partir de 07 de janeiro de 2002, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 10 de janeiro de 2002.

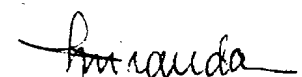

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ **Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 48 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA HORTÊNCIA SILVEIRA VIEIRA, matrícula 4196, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, com efeitos financeiros a partir de 03 de janeiro de 2002.

Senado Federal. 15 de janeiro de 2002.

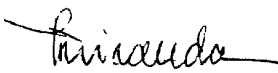

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ **Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 49 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora ABADIA DE FÁTIMA TEIXEIRA, matrícula 3851,- ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria do Sistema Integrado de Saúde, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, com efeitos financeiros a partir de 03 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 15 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 050 , DE 2002**

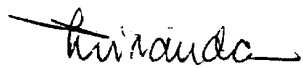
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Manuel Vitorino Jorge de Menezes Lisa, matrícula nº 2540 e Evandro Jorge Cunha Chaves, matrícula nº 4552, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000187/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

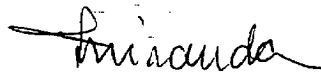
Senado Federal, 15 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
81 **Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 051 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000397/02-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA LÚCIA MACHADO NUNES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral. Senado Federal, em 16 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

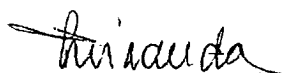
f/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 052 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000365/02-5**.

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **REGIS ARNOLDO FERRETI** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Pedro Simon.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 2002

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

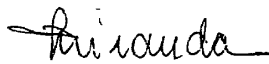
f/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 053, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000398/02-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NILSON ALEXANDRE BARBOSA DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 31930, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Valmir Amaral, a partir de 15/01/2002.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

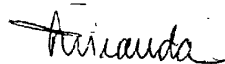
P/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 054, de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, ~~no exercício de~~ suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 017883/01-6,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioria, cancelar a cota de 1/2 (um meio) da pensão temporária concedida a REGIS GERALDO GUIMARÃES JUNIOR, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para RAYANNE DÔ VALE GUIMARÃES, na condição de filha menor, alterando a cota da pensão temporária de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro), conforme Ato do Diretor-Geral n.º 2444, de 2001, de 28/12/2001, dos proventos que percebia a ex-servidora MARIA LÚCIA DO VALE COÊLHO, matrícula 04451, a partir da data da maioria, 11/01/2002.

Senado Federal, 16 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

P/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 055 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores José Luiz Morado, matrícula nº 5070 e Sidnei José Kronemberger, matrícula nº 1457, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000216/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

em vigor na data de sua publicação.

16 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 056 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Adriano Bezerra de Faria, matrícula nº 2438 e Jorge Martins Villas Boas, matrícula nº 4213, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000215/02-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 057 , DE 2002**

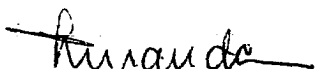
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Luiz Carlos Pires Rayol, matrícula nº 3379 e Elias Lyra Brandão, matrícula nº 1312, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000310/02-6 e do(s) contrato(s) que este originar

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 058 , DE 2002**

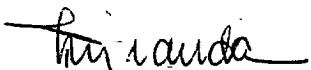
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Luiz Carlos Pires Rayol, matrícula nº 3379 e Elias Lyra Brandão, matrícula nº 1312, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000314/02-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

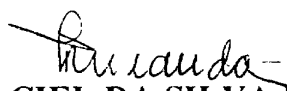
Senado Federal, 16 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 059, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000449/02-4.

RESOLVE exonerar **JURACY SERRÃO**, matrícula n.º 31793, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PSB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ademir Andrade. Senado Federal, em 22 de janeiro de 2002.

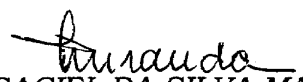

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 060, de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos n.ºs 000237/02-7 e 000263/02-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **ELIUDE ESTER OLIVEIRA TAVARES**, na condição de cônjuge, e pensão temporária a **MONIQUE ALVES TAVARES**, na condição de filha menor, na proporção de 1/2 (um meio) para cada, da remuneração que percebia o ex-servidor **JOSÉ CONCEIÇÃO BARBOSA TAVARES**, matrícula 02749, a partir data do óbito, 01/01/2002.

Senado Federal, 22 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 061 , de 2002**

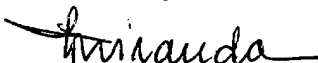
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09 de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial de Trabalho com a finalidade de proceder inventário físico/financeiro no Almoxarifado, com a elaboração de termo de verificação de saldos de estoque de Bens de Consumo e Permanentes, até 31 de dezembro de 2001.

Art. 2º. Designar para compor a Comissão Especial de Trabalho os servidores: **VILMA MARIA DANTAS SOUSA**, matrícula 2175, na qualidade de Presidente, **MARTA REGINA MARTINS DA SILVA**, matrícula 3832, **TERESA CRISTINA SOUSA E SILVA**, matrícula 2649 e **JOSÉ JULIO MENDONÇA DE ALMEIDA**, matrícula 3013, na qualidade de Membros, com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 02 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 22 de janeiro de 2002.

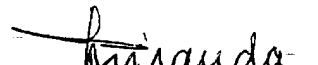

AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral
ATO Nº 062 /2002
DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - São designados os servidores **JOSE ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, matrícula 2247 e **ANTONIO MESQUITA FERNANDES**, matrícula 3037, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 1794/01-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 22 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 063 , de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 018790/91-7,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/6 (um sexto) da pensão temporária concedida a IVANILDE PINTO DE MESQUITA, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para IVANEIDE PINTO MESQUITA e GILBERTO PINTO DE MESQUITA, na condição de filhos menores, alterando as cotas da pensão temporária de 1/6 (um sexto) para 1/4 (um quarto) para cada, e manter a pensão vitalícia concedida a IRACEMA PINTO DE MESQUITA, na qualidade cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), conforme Título Concessório de 20/11/1991, da remuneração que percebia o ex-servidor JOÃO FERREIRA DE MESQUITA, matrícula 75253, a partir da data da maioridade, 11/02/2002.

Senado Federal, 24 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA

p / Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 064 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.331, de 2001.

R E S O L V E autorizar a publicação das novas tabelas de vencimentos dos servidores do Senado Federal que vigorarão no exercício de 2002, constantes dos Anexos I e II deste Ato, na forma estabelecida na Lei nº 10.331, de 2001, que fixou o índice de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais Senado Federal, em 24 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 065, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE** designar os servidores **ANTÔNIO MARCOS MOUSINHO SOUSA**, matrícula nº 5030, **JORGE ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, matrícula nº 4607, e **JORGE LUIZ PEÇANHA ALMEIDA**, matrícula nº 4136, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 016.878/01-9. Senado Federal, em

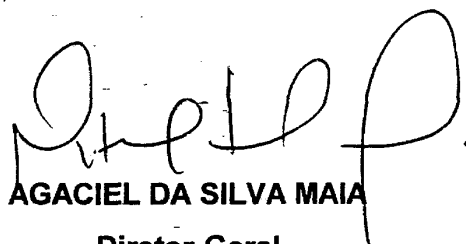


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 066, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE** designar os servidores **MARIA TEREZINHA NUNES**, matrícula 4681, **MARIA DE FÁTIMA CAMPOS RIBEIRO**, matrícula nº 5149, e **ANTONIO MANOEL EUZÉBIO RIBEIRO**, matrícula nº 5211, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 000.395/02-1.

- Senado Federal, em

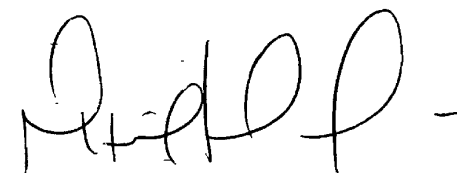


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 067 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000484/02-4,

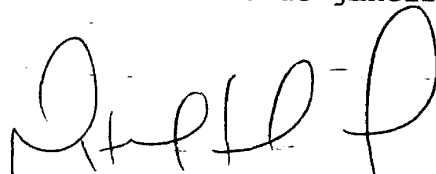
RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO, matrícula 4224, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Lauro Campos, com efeitos financeiros a partir de 17 de janeiro de 2002. Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 068 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000483/02-8,

RESOLVE designar a servidora MARIA OLIMPIA J. DE ALMEIDA, matrícula 4708, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Lauro Campos, com efeitos financeiros a partir de 17 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 069 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 017952/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DE FÁTIMA F. PLÁCIDO RODRIGUES, matrícula 4793, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função-Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 19 de dezembro de 2001

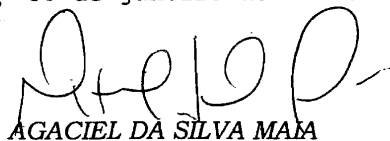
Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 070 , de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 000505/02-1,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a IVANILDA DOS ANJOS DE MELO, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), e pensão temporária a CAMILLE ANJOS DE OLIVEIRA e GUILHERME ANJOS DE OLIVEIRA, na condição de enteados menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, da remuneração que percebia DOUGLAS GOMES DE MELO, matrícula 03132, a partir data do óbito, 04/01/2002.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

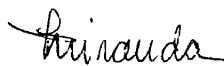
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 071 , de 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos n.ºs 000023/02-7 e 000448/02-8 ,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c" e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a MARIA VANILDA DA SILVA LIMA, na condição de companheira, na proporção de 4/8 (quatro oitavos), e pensão temporária a LUANA VANESSA DUARTE, ANA JÚLIA DA SILVA DUARTE, LUIZ CARLOS ALVES DUARTE e CARLOS ROBERTO ALVES DUARTE, na condição de filhos menores, na proporção de 1/8 (um oitavo) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor JOÃO COUTINHO DUARTE, matrícula 00196, a partir data do óbito. 17/12/2001.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA

p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 072 , DE 2002

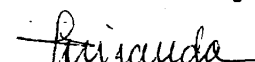
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARCELO BRANDAO DE ARAUJO, matrícula nº 3833 e RICARDO BANDEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 5157, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000493/02-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 073 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 3245 e **VANILDO BATISTA DA SILVA**, matrícula nº 2525, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009024/01-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ **Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 074 , DE 2002**

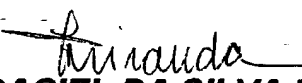
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **LUIZ ANTONIO TORRES DE CARVALHO**, matrícula nº 5006 e **DAVID FERREIRA LOPES**, matrícula nº 5459, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000413/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de janeiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ **Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 075 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº. 53, de 1993

R E S O L V E

Nomear **RAFAEL COSTA DE FARIA** para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 31 - Área 3 - Imprensa Escrita, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 169, de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 1998 e com validade prorrogada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 01, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2000. Senado Federal, em 31 de janeiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 076 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº. 53, de 1993

R E S O L V E

Nomear **FÁBIO HENRIQUE CASTRO GUIMARÃES** para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 31 - Área 1 - TV, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 169, de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 1998 e com validade prorrogada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 01, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2000.

Senado Federal, em 31 de janeiro de 2002.



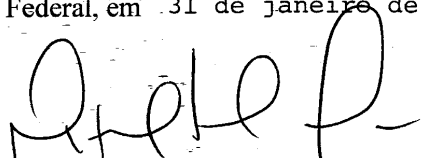
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 077 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº. 53, de 1993

R E S O L V E

Nomear **IARA GUIMARÃES ALTAFIN** para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 31 - Área 2 - Rádio, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 169, de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 1998 e com validade prorrogada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 01, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2000. Senado Federal, em 31 de janeiro de 2002.



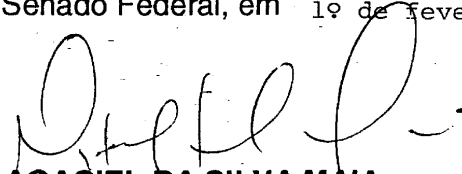
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 078 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 17.580/01-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº. 2375, de 2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal nº. 2461, de 14/12/2001, que nomeou **JOSÉ MARIA ISOLA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Coelho, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei nº. 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 1º de fevereiro de 2002.



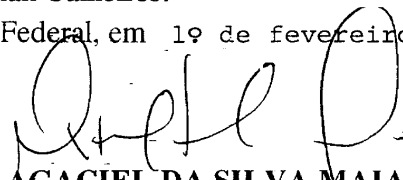
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 079 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 00599/02-6 e 00598/02-0,

R E S O L V E exonerar **DOUGLAS GUARINO DE FELICE**, matrícula n.º 32219, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Sergio Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2002.



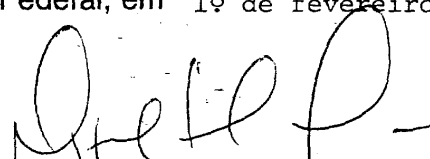
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 080 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17.158/01-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2344, de 2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2457, de 07/12/2001, que nomeou **THAIS NASCIMENTO PRUDENTE**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2002.



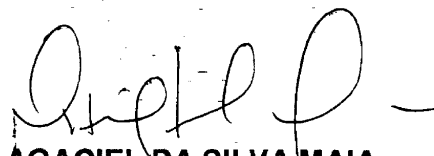
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 081 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17.183/01-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2345, de 2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2457, de 07/12/2001, que nomeou **RAPHAEL AUGUSTO TAVERNARD NEVES DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Ribeiro, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 1º de fevereiro de 2002.



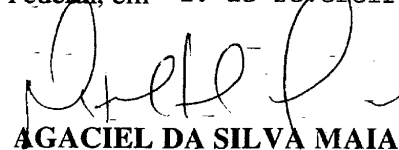
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 082 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000675/02-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BERNADETE PASSOS ANDRAUS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 1º de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 083 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 00662/02-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA HELENA FERREIRA DA PAIXÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Emília Fernandes.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2002.



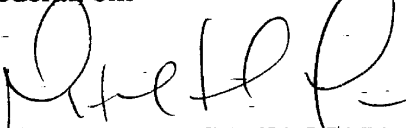
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 084 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000674/02-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLÉIA MESQUITA ISABEL DA SILVEIRA**, matrícula n.º 31.678, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2002.



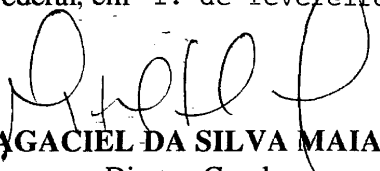
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 085 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000674/02-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLEUNICE GERALDA DA SILVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 086 , DE-2002**

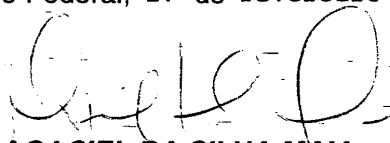
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão-Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados as servidoras **MARIA DO SOCORRO S. BRÍGIDA PEREIRA**, matrícula nº 3663 e **MARIA EDNA VASCONCELOS PAES**, matrícula nº 3434, como gestoras titular e substituta, respectivamente, do processo nº 000712/02-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 087 , DE 2002**

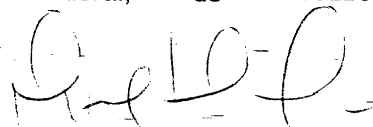
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **RICARDO WAGNER OTTONI DE CARVALHO**, matrícula nº 2825 e **JAIRÓ SÉRGIO DE FREITAS**, matrícula nº 1333, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000725/02-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA***Diretor-Geral***ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 088 , DE 2002**

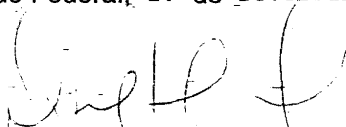
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CÁSSIO MURILO ROCHA**, matrícula nº 5220 e **HERMÃO MARIANO DE ALMEIDA**, matrícula nº 2442, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000619/02-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 2002.

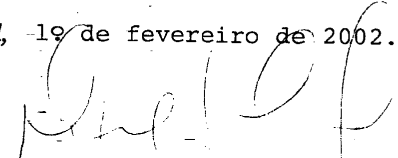
**AGACIEL DA SILVA MAIA***Diretor-Geral*

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 089 , de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 000601/02-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a ADALGISA DA ASCENÇÃO DOS SANTOS PERES, na condição de companheira, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor ALTAMIRO CRUZ, matrícula 00025, a partir data do óbito, 06/01/2002.

Senado Federal, 19 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 090 , DE 2002**

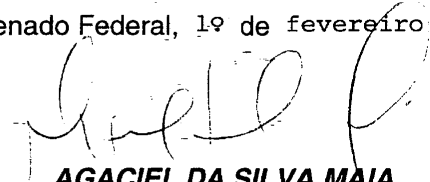
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores HERMANO MARIANO DE ALMEIDA, matrícula nº 2442 e CÁSSIO MURILO ROCHA, matrícula nº 5220, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000312/02-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 091 , DE 2002**

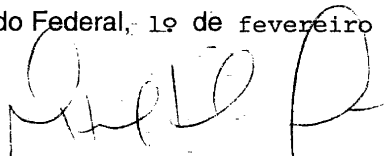
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 3245 e PAULO ELÍSIO BRITO, matrícula nº 2423, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000637/02-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

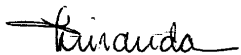
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 092 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº. 53, de 1993, bem como o trânsito em julgado da decisão proferida no MS nº 1997.34.00.030.476-3,

R E S O L V E

Nomear **CLÁUDIA RANGEL GONÇALVES CARNEIRO** para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 31 - Área I - TV, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 169, de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 1998 e com validade prorrogada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 01, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2000.

Senado Federal, em 1º de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

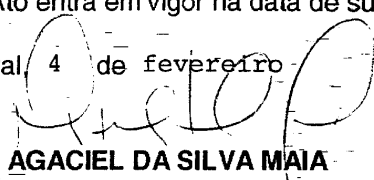
ATO Nº 093 /2002
DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - São designados os servidores **LENIA NÓGUEIRA DE AZEVEDO MAIA PACHECO**, matrícula **3212** e **VENICIO PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula **1582**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2293/01-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

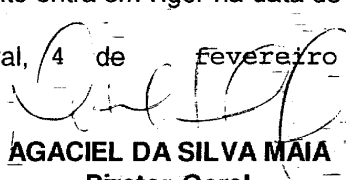
ATO Nº 094 /2002
DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - São designados os servidores **JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, matrícula **2247** e **ANTÔNIO MESQUITA FERNANDES**, matrícula **3037**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2099/01-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

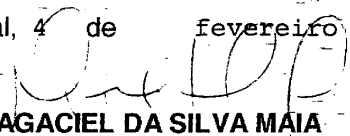
ATO Nº 095 /2002
DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - São designados os servidores **MARIA ELCI DE OLIVEIRA**, matrícula **2262** e **ANTONIO MESQUITA FERNANDES**, matrícula **3037**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2201/01-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

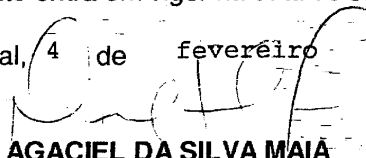
ATO Nº 096 /2002
DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - São designadas as servidoras **VERA LÚCIA MACHADO BARROSO**, matrícula **3967** e **CÍRIA RESILDES ZEGATTI**, matrícula **3806**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2100/01-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

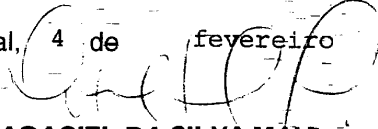
**ATO Nº 097 /2002
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - São designados os servidores **ANDRÉ LUIZ RODRIGUES SANTANA**, matrícula **3804** e **JAYBRÁS CORREIA DA ROCHA**, matrícula **3353**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2230/01-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

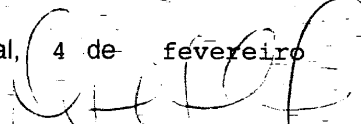
**ATO Nº 098 /2002
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - São designadas as servidoras **CIRIA RESILDES ZEGATTI**, matrícula **3806** e **VERA LÚCIA MACHADO BARROSO**, matrícula **3967**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2152/01-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

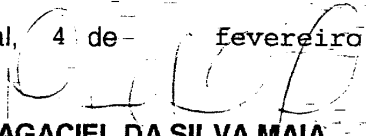
**ATO Nº 099 /2002
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - São designados os servidores **LENIA NOGUEIRA DE AZEVEDO MAIA PACHECO**, matrícula **3212** e **MARIO HERMES STANZIONA VIGGIANO**, matrícula **3862**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 993/01-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

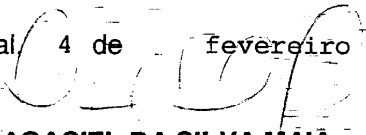
**ATO Nº 100 /2002
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - São designadas as servidoras **MARIA ELCI DE OLIVEIRA**, matrícula **2262** e **JANETE MAIA DOS SANTOS**, matrícula **3337**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2142/01-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

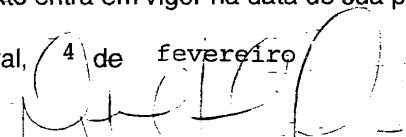
**ATO Nº 101 /2002
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15. de 1997. **R E S O L V E**

Art. 1º - São designadas as servidoras **MARIA ELCI DE OLIVEIRA**, matrícula **2262** e **JANETE MAIA DOS SANTOS**, matrícula **3337**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2202/01-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 102 . DE 2002**

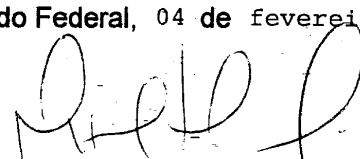
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JORGE LUIZ ANDRÉ DE MELLO**, matrícula nº 3870, como gestor do processo nº 017694/01-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de fevereiro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

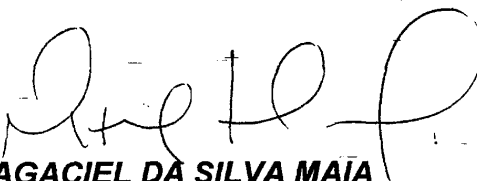
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 103 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181. de 1997.

RESOLVE:

nomear, na forma do disposto no Inciso II, do Art. 9º da Lei 8.112, de 1990, de 2001, **JESOMIRO PEREIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 5 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 104 . DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto na Resolução nº 42/93 e Ato nº 05/95, da Comissão Diretora, **RESOLVE:**

Promover, por mérito, o servidor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **JOSE FELIX DA FONSECA GALVÃO**, matrícula N.º 2708, de MO21 para MO22, com efeitos financeiros retroativos a 1.º de janeiro de 2001, tendo em vista o cumprimento do interstício e demais requisitos para o desenvolvimento na carreira, nos termos da Relatório nº 02, de 2001, da Comissão Especial de Promoções da SEEP.

Brasília, 5 de fevereiro de 2002



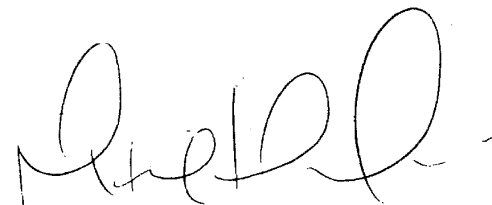
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 105 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000653/02-0,

RESOLVE dispensar o servidor CYRO PEREIRA DA SILVA PORTOCARRERO, matrícula 3798, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 25 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 2002.



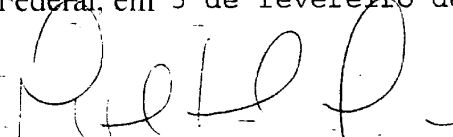
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 106 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000705/02-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DEA MONTEIRO CABRAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 5 de fevereiro de 2002.



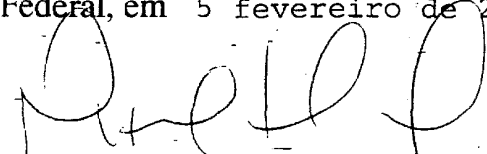
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 107 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000706/02-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARIDES ALMEIDA DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lauro Campos.

Senado Federal, em 5 fevereiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

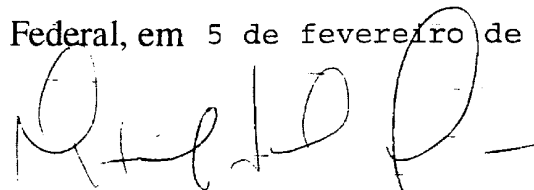
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 108 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 00743/02-0.

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GABRIELA THOMÉ OLIVEIRA NUNES**, matrícula n.º 31889, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Valmir Amaral, a partir de 30/01/2002.

Senado Federal, em 5 de fevereiro de 2002.

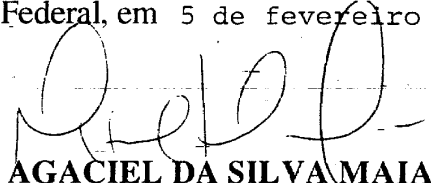
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 109 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **00744/02-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BRUNO WESLEY MAZOCANTE ARANTES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral Senado Federal, em 5 de fevereiro de 2002.

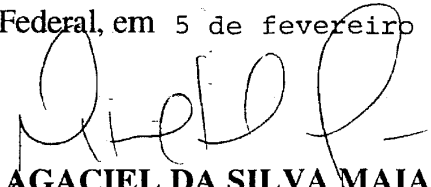
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 110 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **00805/02-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOANA MERCEDES PACHECO SALAROLI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ricardo Santos. Senado Federal, em 5 de fevereiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

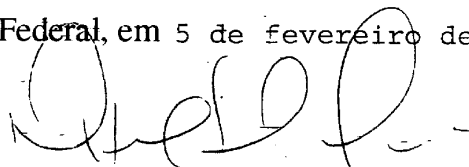
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 111 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo-n.º 00738/02-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO EUSTÁQUIO DA SILVEIRA**, matrícula n.º 30784, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Francelino Pereira a partir de 02/01/2002.

Senado Federal, em 5 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 112/2002**

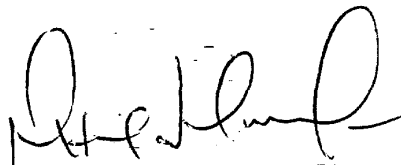
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente n.º 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.010/93-3.

RESOLVE:

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei n.º 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em estágio probatório:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	MÉDIA FINAL
OÁDIA ROSSY CAMPOS	5475	188
FERNANDO VEIGA BARROS E SILVA	5476	188

Senado Federal, 31 de janeiro de 2002.



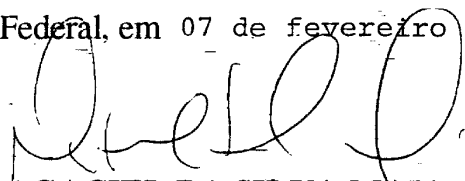
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 113 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000788/02-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADELSON DIMÍTTI** para exercer o cargo em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, em 07 de fevereiro de 2002.



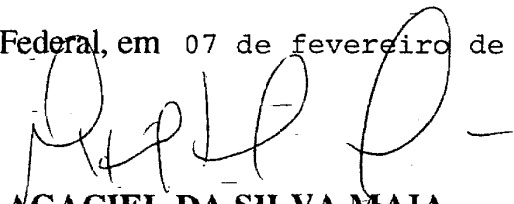
AGACIEL DA SILVA MAIA

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 114 . DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 00806/02-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MIRES RODRIGUES DE ARAUJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lauro Campos.

Senado Federal, em 07 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

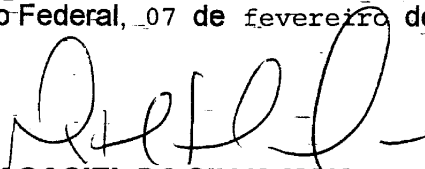
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 115 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **MÁRIO CESAR PINHEIRO MAIA**, matrícula nº 0956 e **RITA NOVAES DA PAIXÃO**, matrícula nº 4667, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000309/02-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação
Senado Federal, 07 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

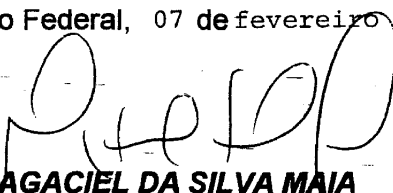
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 116 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JOÃO CARLOS MOREIRA CORREA**, matrícula nº 5002 e **JOSÉ FERNANDO GOMES FEITOSA**, matrícula nº 1349, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000366/02-1 e do(s) contrato(s) que este origina

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 07 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 117 , DE 2002**

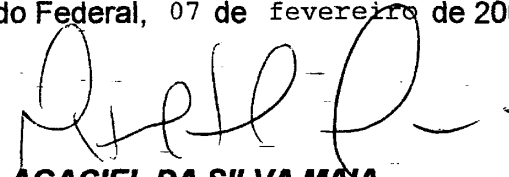
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELLOS, matrícula nº 3296 e VANDERLEI PIRES DA SILVA, matrícula nº 5247, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000768/02-2 e do(s) contrato(s) que este origina.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de fevereiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 118 , DE 2002**

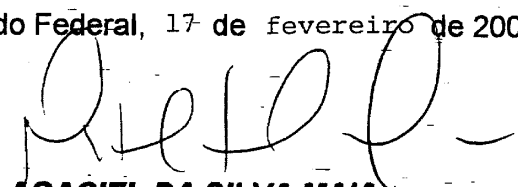
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MANUEL VITORINO JORGE DE MENESES LISA, matrícula nº 2540 como gestor do processo nº 000905/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de fevereiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 119 , DE 2002**

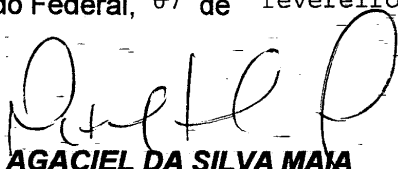
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19. parágrafo único. ambos da Comissão Diretora

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **NEUTON MAGALHAES LOPES**, matrícula nº 4473 como gestor do processo nº 015935/01-9 e do(s) contrato(s) que este originar

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de fevereiro de 2002.



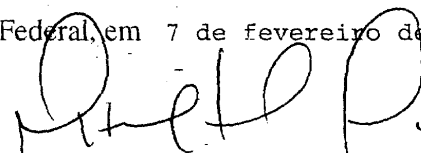
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 120 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015600/01-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CESAR FRANCISCO ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 7 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 121, DE 2002

O DIRETOR-GERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista a implantação e o funcionamento da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis),

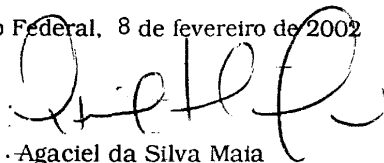
RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir comissão integrada pelos servidores Alexandre Paiva Damasceno, matrícula 508, Antônio José Barbosa, matrícula 4827, Florian Augusto Coutinho Madruga, matrícula 1572, Márcia Maria Correa de Azevedo, matrícula 4302, Nunzio Briguglio Filho, matrícula 31656, como membros, e Sérgio Francisco Pires de Oliveira Penna, matrícula 4553, como presidente, e secretariada pela servidora Denise Zaiden Santos, matrícula 47, para, no prazo de trinta dias, submeter à Comissão do Senado Federal sugestões destinadas:

à instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Art. 2º. - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de fevereiro de 2002



Agaciel da Silva Maia

Diretor-Geral do Senado Federal

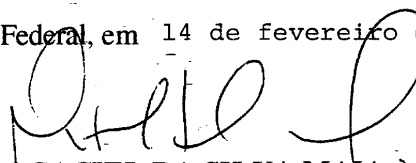
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 122, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000835/02-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO NOGUEIRA BATISTA JUNIOR**, matrícula n.º 30206, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 123 , DE 2002**

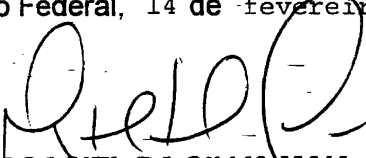
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA**, matrícula nº 3727 e **HONORATO DA SILVA SOARES NETO**, matrícula nº 4671, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000313/02-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de fevereiro de 2002.



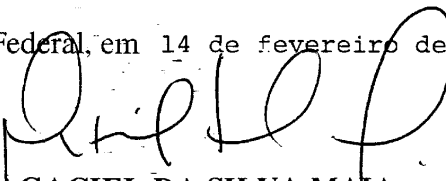
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 124 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 00936/02-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAURÍCIO VAZ**, matrícula n.º 32335, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 2002.



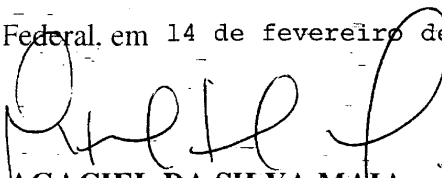
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 125 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **00936/02-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HUDSON FERREIRA ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 2002.



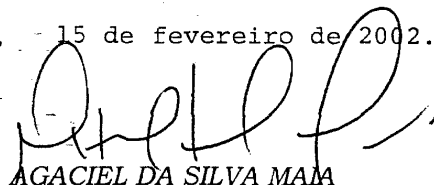
AGACIEL DA SILVA MAIA
- Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 126 , de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 000920/02-9,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARIA DE LOURDES MACÊDO MORAES**, na condição de companheira, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor **CARMELINO TOSO**, matrícula 00421, a partir data do óbito, 13/01/2002.

Senado Federal, 15 de fevereiro de 2002.



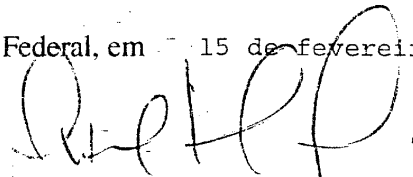
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 127 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000790/02-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JÚLIO ROBERTO DE SOUZA PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 15 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 128 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001021/02-8,

RESOLVE dispensar a servidora **SUZANA MENEZES BARBOSA**, matrícula 1200, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Amir Lando, com efeitos financeiros a partir de 13 de novembro de 2001.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 129, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000858/02-1,

RESOLVE dispensar a servidora **JOAQUINA MARIA CARVALHO DA SILVA**, matrícula 4403, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2002.



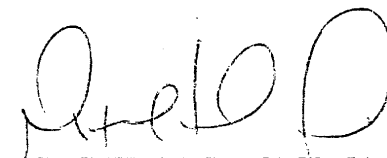
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 130, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000859/02-8,

RESOLVE dispensar a servidora **OLGA MARIA PRETTI HAYNES**, matrícula 4471, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 131 , DE 2002**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000864/02-I,

RESOLVE dispensar o servidor EURÍPEDES BARSANULFO DE MORAES, matrícula 2535, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete. Símbolo FC-5, do Gabinete da Liderança do PFL, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete. Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Agripino, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 132 , DE 2002**

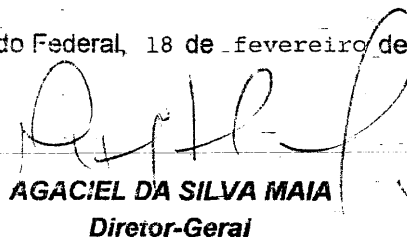
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JUNE DEL FRARI COUTINHO, matrícula nº 3040 e CIROMAR SANTOS AMARAL, matrícula nº 2169, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000492/02-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 133 , DE 2002**

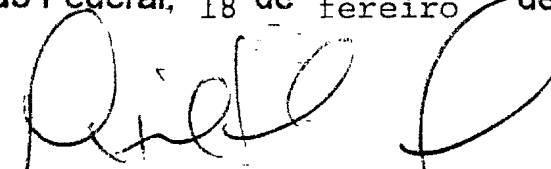
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 e 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JUNE DEL FRARI COUTINHO, matrícula nº 3040 e CIROMAR SANTOS AMARAL, matrícula nº 2169, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000491/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA***Diretor-Geral*

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornellas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTR	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
PSB	- Roberto Saturnino	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		ALAGOAS	
PFL	- Bello Parga	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloisa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSD	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	BLOCO	- Jefferson Péres (PDT)
PFL	- José Coelho	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- Pedro Piva (PSDB)	BLOCO	- Osmar Dias (PDT)
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	BLOCO	- Álvaro Dias (PDI)
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	BLOCO	- Lauro Campos (PDT)
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Lcomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	- Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	BLOCO	- Sebastião Rocha (PDT)
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PMDB	- Wellington Roberto	BLOCO	- Fernando Matusalém (PPB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Robinson Viana	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUI			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Presidente: Senador Jefferson Péres ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES</u> <u>E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ²
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁶		
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB) ⁷					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁹	TO	2071	3. Luiz Pontes (PSDB) ¹⁰	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS) ¹¹					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloisa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFI/SP) – Ramal 2051 (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

² Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁵ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁹ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

¹⁰ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹¹ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

¹² Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY

Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 07.11.2001

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA

Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	Bornhausen		
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272		RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 - Vago (1)	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	3 - Moreira Mendes	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	4 - Bernardo Cabral	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	5 - Romeu Tuma	PE	1284/3245
			6 - Geraldo Althoff		
			7 - José Coelho		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - Romero Jucá	RR	2111/2117
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Pedro Piva	SP	2351/2355	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Fernando Matusalém	RO	2251/2258

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 21/11/2001.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO OPOSIÇÃO + PSB + PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARI LINDO PORTO	MG-2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001
REUNIÕES:
SECRETÁRIO:
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605
FAX: 311-4344

SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255
E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 17.10.01

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS					
Presidente: ROMEU TUMA					
Vice-Presidente: MARINA SILVA					
(29 titulares e 29 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	CO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Vago		
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – Vago		
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	Pedro Piva	SP	2351/2357
Romero Jucá	RR	2111/2117	Freitas Neto	PI	2131/2137
Fernando Matusalém	RO	2251/2258	Lúdio Coelho	MS	2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tiã Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:**

PMDB

**VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PP3)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

	PMDB
VAGO	
VAGO	
VAGO	
	PFL
VAGO	
VAGO	
	PSDB
VAGO	
VAGO	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO	
VAGO	

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

	PMDB
VAGO	
VAGO	
VAGO	
	PFL
VAGO	
VAGO	
	PSDB
VAGO	
VAGO	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO	
VAGO	

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Mourcira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Vago		
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Freitas Neto	PI	2131/2137
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Pedro Piva	SP	2351/2357	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Benício Sampaio	PI	3085/3086
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br
 Atualizada em 03/12/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541**

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: RICARDO SANTOS					
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Invenção da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Pedro Piva	SP	2351/2353
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 – Tião Viana	AC	3038/3493
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 13/12/2001

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTEs

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
JOSÉ FOGAÇA(2)	RS - 1207/1607	1 - VALMIR AMARAL	DF - 1962
GERSON CAMATA	ES - 3203/04	2 - NABOR JÚNIOR	AC - 1478/4619
PEDRO SIMON	RS - 3232	3 - CASILDO MALDANER	SC - 2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS - 3015/16	4 - MAURO MIRANDA	GO - 2091/92
PFL			
VAGO		1 - GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG - 2414/17	2 - VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA - 2191/96	3 - ROMEU TUMA	SP - 2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE - 2303/00	1 - FERNANDO MATUSALÉM (PPB)	RO - 2251/56
RICARDO SANTOS	ES - 2022/24	2 - VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ - 2171/77	1 - EDUARDO SUPPLY (PT)	SP - 3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS - 2331/37	2 - MARINA SILVA	AC - 2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO	RJ - 4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 09/10/2001

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago (1)			1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Pedro Piva	SP	2351/2357	Freitas Neto	PI	2131/2137
Fernando Matusalém	RO	2251/2258	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

Atualizada em :21/11/2001

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Vago (3)		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Vago (2)		
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Vago		
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Pedro Piva	SP	2351/2352
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001

(3) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 14/12/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR
ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs
	PMDB	
VAGO		1 – VAGO
VAGO		2 – VAGO
VAGO		3 – VAGO
	PFL	
VAGO		1 – VAGO
VAGO		2 – VAGO
	PSDB	
VAGO		1 – VAGO
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
VAGO		1 – VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR
ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS
OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS**

PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO

RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
ALBERTO SILVA	PI – 3055/3057	1 - IRIS REZENDE	GO – 2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR – 2401/2407	2 – VALMIR AMARAL	DF – 1961/1966
GERSON CAMATA	ES – 3203/3204	3 – GILBERTO MESTRINHO	AM – 3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA – 3173/3175	1 – MARIA DO CARMO ALVES	SE – 1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT – 2271/2277	2 – BELLO PARGA	MA – 3069/3072
PSDB			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL – 4093/4095	1 – LUIZ OTÁVIO	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ – 2171/2177	1 – ROBERTO SATURNINO	RJ – 4229/4230

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 06/11/2001

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC					
Presidente: NEY SUASSUNA (2)					
Vice-Presidente: FREITAS NETO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro da Integração Nacional.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 28/11/2001

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI – 3055/57	1 – WELLINGTON ROBERTO (3) PB 3194/95	
LUIZ OTÁVIO (2)	PA – 3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO – 2231/37	1 – FREITAS NETO (1)	PI – 2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
FERNANDO MATUSALÉM	RO – 2251/52	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilhou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

**REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 09/10/2001**

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR AS CONTAS DO METRÔ-DF

PRESIDENTE: SENADOR ROMERO JUCÁ
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(03 TITULARES E 02 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB		PMDB	
WELLINGTON ROBERTO (1)	PB-3194/95	1 – WALMIR AMARAL	DF – 1961/66
PFL		BLOCO	
MOREIRA MENDES	RO-2231-37	1 – JEFFERSON PERES – PDT	AM – 2001/07
BLOCO (PSDB/PPB)			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17		

(1) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 29/08/2001

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ COELHO	PE	@@@04	311 1184	323 6494
Bloco (PSDB/PPB)									
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	1. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	2. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
PT/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.JEFFERSON PÉRES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. NELSON MARCHEZAN	RS	#13	318-5963	3182963
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7430 - 318 7180 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 04/09/2001

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 180 PÁGINAS